

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

HUGO GONÇALVES BATALHA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: uma análise das maiores
instituições financeiras do Brasil no período de 2016 a 2020.

São Luís
2020

HUGO GONÇALVES BATALHA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: uma análise das maiores instituições financeiras do Brasil no período de 2016 a 2020.

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão – UFMA para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof. Dra. Telma Maria Chaves Ferreira da Silva

Coorientador (a): Prof. Dr. Alan Vasconcelos Santos.

São Luís
2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Batalha, Hugo Gonçalves.

Demonstração do Valor Adicionado: uma análise das maiores instituições financeiras do Brasil no período de 2016 á 2020 / Hugo Gonçalves Batalha. - 2020.

65 f.

Coorientador(a): Alan Vasconcelos Santos. Orientador(a): Telma Maria Chaves Ferreira da Silva. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Maranhão, sao luis, 2020.

1. Beneficiários. 2. Demonstração do Valor Adicionado. 3. Instituições financeiras. I. Santos, AlanVasconcelos. II. Silva, Telma Maria Chaves Ferreira da. III. Título.

HUGO GONÇALVES BATALHA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: uma análise das maiores instituições financeiras do Brasil no período de 2016 a 2020.

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Maranhão - UFMA para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovação em: ___ / ___ / _____

Prof. Dra. Telma Maria Chaves Ferreira da Silva
Professora da Universidade Federal do Maranhão (Orientadora)

Professor (a) da Universidade Federal do Maranhão

Professor (a) da Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

À Deus, sempre presente, que me concede forças para vencer os obstáculos da vida.

A minha mãe e a minha irmã que sempre acreditaram em mim e me incentivaram a estudar.

A minha esposa Bianca Rabelo pelo apoio e paciência em todos os momentos dessa jornada.

Aos professores da UFMA pelos conhecimentos transmitidos ao longo da graduação.

À minha orientadora, Prof. Doutora Telma Maria Chaves Ferreira da Silva, pela sua dedicação e contribuição essencial para o desenvolvimento e conclusão desta monografia.

Ao coorientador, Prof. Doutor Alan Vasconcelos Santos, pelas contribuições no desenvolvimento da monografia.

RESUMO

As instituições financeiras possuem um papel econômico e social no cenário brasileiro e no ano de 2020, os ativos das cinco maiores instituições financeiras do país (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco e Santander) superaram o valor do Produto Interno Bruto (PIB) do ano anterior. Diante da relevância temática, o objetivo desta pesquisa é identificar nas Demonstrações de Valor Adicionado (DVA'S) dessas entidades, a distribuição da riqueza obtida para cada um de seus beneficiários (empregados, governo, financiadores e acionistas), entre os anos de 2016 a 2020. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e com temporalidade longitudinal, na qual foram coletadas e analisadas 25 demonstrações. A pesquisa constatou que as instituições financeiras privadas, distribuíram a maior parcela do valor adicionado para o grupo Capital Próprio, enquanto nas instituições que possuem participação do governo, o grupo que maior recebeu a parcela foi o grupo Pessoal. E de forma convergente, todas instituições analisadas, o grupo que recebeu a menor parcela da riqueza gerada foi grupo Capital de Terceiros.

Palavras-chaves: Instituições financeiras. Demonstração do Valor Adicionado. Beneficiários.

ABSTRACT

Financial institutions have an economic and social role in the Brazilian scenario and in 2020, the assets of the five largest financial institutions in the country (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco and Santander) exceeded the Gross Domestic Product (GDP) value of the previous year. Given the thematic relevance, the objective of this research is to identify in the Value Added Statements (DVA'S) of these entities, the distribution of the wealth obtained for each of its beneficiaries (employees, government, lenders and shareholders), between the years 2016 and 2020. To this end, a qualitative research was conducted, of descriptive nature and with longitudinal temporality, in which 25 statements were collected and analyzed. The survey found that private financial institutions distributed the largest portion of the value added to the Equity group, while in institutions that have government participation, the group that received the largest portion was the Personal group. And in a convergent way, all analyzed institutions, the group that received the smallest portion of the generated wealth was the Third Party Capital group.

Keywords: Financial Institutions. Value Added Statement. Beneficiaries.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do Valor Adicionado do Banco do Brasil.....	26
Tabela 2 - Distribuição do Valor Adicionado - Banco do Brasil	27
Tabela 3 - Distribuição do Valor Adicionado – CAIXA.....	28
Tabela 4 - Distribuição do Valor Adicionado - CAIXA.....	29
Tabela 5 - Evolução do Valor Adicionado Itaú.....	31
Tabela 6 - Distribuição do Valor Adicionado - Itaú	31
Tabela 7 - Evolução do Valor Adicionado Bradesco	33
Tabela 8 - Distribuição do Valor Adicionado Bradesco.....	34
Tabela 9 – Evolução do Valor Adicionado Santander	36
Tabela 10 - Distribuição do Valor Adicionado- Santander	36
Tabela 11 - Evolução do PIB e VA.....	39
Tabela 12 - Média da Distribuição do Valor Adicionado	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média da Distribuição da Riqueza – Banco do Brasil.....	27
Gráfico 2 - Média da distribuição da riqueza - Caixa	30
Gráfico 3 – Média da Distribuição da Riqueza – Itaú	32
Gráfico 4 - Média da Distribuição da Riqueza – Bradesco.....	35
Gráfico 5 – Média da Distribuição da Riqueza – Santander.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil
B3	Brasil, Bolsa, Balcão
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMN	Conselho Monetário Nacional
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRX	Índice Brasil
ICO	Índice Carbono Eficiente
NBCT	Norma Brasileira de Contabilidade
PCLD	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
PIB	Produto Interno Bruto
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SIFIM	Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	Demonstração do valor adicionado	13
2.1.1	A DVA no Brasil	14
2.1.2	DVA e PIB	16
2.1.3	DVA nas Instituições Financeiras	17
2.2	Estudos anteriores	20
3	METODOLOGIA	23
3.1	Instituições Financeiras	23
3.2	Constructo da Pesquisa	24
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	26
4.1	Banco do Brasil	26
4.2	Caixa Econômica Federal	28
4.3	Itaú	30
4.4	Bradesco	33
4.5	Santander	35
4.6	Evolução do Valor Adicionado <i>versus</i> PIB	38
4.7	Comparativo entre as instituições analisadas: público x privado	39
5	CONCLUSÃO	41
	REFERÊNCIAS	43
	ANEXOS	47

1 INTRODUÇÃO

Devido a uma maior preocupação das organizações em relação às questões econômico-sociais e a necessidade de transparência informacional, a contabilidade, por meio dos seus relatórios, tornou-se um importante instrumento de informação. Desta forma, tem-se que uma organização empresarial atua no desenvolvimento econômico e social da comunidade onde está inserida e, direta ou indiretamente, essa atuação amplia-se para a sociedade como um todo (DE LUCA, CUNHA, RIBEIRO E OLIVEIRA, 2009). Assim, além do desempenho financeiro evidenciado nos relatórios contábeis, tornou-se relevante a disponibilização de relatórios que apresentassem a natureza social das organizações, demonstrando o comprometimento social das mesmas (MARTINS, GELBCKE, SANTOS e IUDÍCIBUS, 2013).

Neste sentido, a promulgação da Lei 11.638 de 2007 desencadeou alterações na Lei 6.404 de 1976, trazendo disposições referentes à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, dentre elas, a obrigatoriedade da elaboração e publicação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para as empresas de grande porte (BRASIL, 2007).

Apesar de não ser um demonstrativo obrigatório nas normas internacionais, a DVA vem trazendo informações adicionais que agregam qualidade às outras demonstrações. Através da DVA os usuários conseguem informações para uma análise mais sistemática, assim como possibilita o conhecimento da geração de riquezas dos agentes econômicos e os principais beneficiários desta distribuição (CUNHA, RIBEIRO, SANTOS, 2005). Desta forma, este trabalho justifica-se pela importância de analisar a DVA como instrumento de informação para gestores, investidores, governo e sociedade em geral, a fim de que possam ter maior conhecimento sobre a distribuição das riquezas das instituições financeiras do Brasil, assim como a possibilidade de analisar quais setores são considerados prioritários dessas instituições no que diz respeito ao valor adicionado em determinado período de tempo.

A DVA é um relatório contábil que aglutina várias informações sobre atividades sociais e não obrigatórias que determinada empresa realiza com a finalidade de obter uma harmonia entre todas as partes interessadas e a sociedade de forma geral (REIS, MEDEIROS, 2011). Ou ainda, conforme Cunha, Ribeiro e

Santos (2005) a DVA demonstra o que pertence a cada uma das partes, sejam eles sócios, investidores, empregados e o governo.

Considerando a importância desse demonstrativo e observando que em 2020, pela primeira vez na história, a soma dos ativos das cinco maiores instituições financeiras do Brasil – Itaú, Banco do Brasil, Caixa, Bradesco e Santander – superou o valor do Produto Interno Bruto (PIB) do ano anterior (IBGE, 2020), essa pesquisa busca responder a seguinte questão: como foram feitas as distribuições do valor adicionado destas instituições nos últimos cinco anos?

Desta forma, como objetivo geral, busca-se identificar nas Demonstrações de Valor Adicionado (DVA'S) das cinco maiores instituições financeiras do Brasil, a distribuição da riqueza obtida para cada um de seus beneficiários (empregados, governo, financiadores e acionistas), entre os anos de 2016 a 2020.

Como objetivos específicos o estudo propõe:

- a) apresentar uma revisão da literatura sobre a DVA;
- b) enfatizar a importância da DVA como instrumento de análise sócio-econômica;
- c) evidenciar a utilização da DVA como indicador econômico que afeta o PIB;
- d) analisar a distribuição do valor adicionado de cada instituição financeira;
- e) realizar uma comparação entre as DVA's das instituições analisadas.

Para a execução deste trabalho, utilizou-se a pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e com temporalidade longitudinal. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, com a coleta das DVAs publicadas pelas cinco maiores instituições financeiras do Brasil e com a utilização de pesquisas feitas através de livros, artigos, leis e normas direcionadas a área contábil, dentre outros.

Esta monografia é estruturada em cinco capítulos. O primeiro contempla a introdução, apresentando um panorama geral do trabalho. O segundo traz o referencial teórico, no qual foram abordados os conceitos, definições relacionadas à DVA e PIB, e ainda alguns estudos anteriores que abordaram o tema. O terceiro descreve os métodos para realização da pesquisa, a amostra e os procedimentos para a coleta dos dados. O quarto realiza a análise e discussão dos dados coletados. E por fim, o quinto capítulo aborda as considerações finais e recomendações para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresentará definições a respeito da Demonstração do Valor Adicionado, análises sobre a DVA no Brasil, a relação entre DVA e PIB e algumas pontualidades de estudos anteriores relacionados ao tema.

2.1 Demonstração do valor adicionado

Considerando o aspecto econômico, o conceito de valor adicionado pode ser entendido a partir de uma lógica habitual dos processos de produção, no qual há a geração de produtos e consumo de recursos, que podem vir gerar riqueza para determinada empresa. Porém, apesar deste enfoque econômico, o termo valor adicionado tem sido utilizado rotineiramente na contabilidade (CUNHA, 2002).

Para Santos (2007 apud RODRIGUES, 2010) o valor adicionado representa o incremento de valor atribuído a um produto ou serviço durante o processo produtivo, sendo que a empresa agrega valor aos mesmos, transformando-os e recolocando-os no mercado. Segundo Tinoco (1984 apud LISBOA NETO, 2003), o valor adicionado pode ser representado como a diferença entre o valor das vendas e das compras dos produtos ou serviços intermediários por determinada empresa, ou seja, ela se coloca entre mercados distintos e agrega valor pela operação de transformação. Conforme Belkaoui (1998, apud CUNHA, 2002), o valor adicionado destaca o aumento da riqueza gerada pelo processo produtivo antes da sua distribuição entre governo, trabalhadores, acionistas e credores.

É importante salientar que, na visão contábil, o valor adicionado só é concretizado no momento da venda, sendo irrelevante o cenário econômico e o lapso temporal, assim como outros fatores que alterem a riqueza da empresa (CUNHA, 2002). Desta forma, estabelecendo um paralelo com as definições acima citadas, apesar da Demonstração do Valor Adicionado ser um demonstrativo contábil, o conceito de valor adicionado utilizado na DVA é aquele no qual se infere que se todas as entidades produtivas a elaborassem, a soma das riquezas apresentadas seria o próprio produto nacional (FREGONESI, 2009).

A DVA é um relatório contábil que integra o Balanço Social e busca evidenciar, em um determinado período, a riqueza gerada por uma entidade e como essa riqueza foi distribuída entre os seus fatores produtivos (NAGAI, 2012). Ou

ainda conforme Ribeiro (2014 apud BONIATTI, 2019), a DVA enfatiza o quanto uma empresa adicionou de valor aos seus agentes e de que forma ela foi distribuída, assim como a parcela que não foi distribuída.

A partir da DVA, importantes dados de agregação e distribuição de valor são apresentados à sociedade. Desta forma, analistas, trabalhadores e *stakeholders* podem entender o desempenho das empresas e até mesmo elaborarem comparações entre as mesmas (SILVA, BRITO, ROSA, MOREIRA, 2018). Segundo Crepaldi (2013 apud BONIATTI, 2019), a DVA disponibiliza informações de natureza econômica e social, permitindo uma melhor avaliação da entidade.

A DVA traz uma visão diferenciada, enquanto grande parte das demonstrações preocupa-se com o lucro das empresas, a DVA apresenta também um caráter social (DE LUCA, 1998). Assim, revela uma preocupação da entidade em prestar contas à sociedade, como sendo uma peça fundamental para análise do desenvolvimento social de uma nação (DE LUCA, CUNHA, RIBEIRO, OLIVEIRA, 2009).

2.1.1 A DVA no Brasil

A DVA surgiu na Europa a partir da criação de um imposto sobre o valor agregado das empresas, ganhando destaque no final dos anos 70 nos países europeus e nos Estados Unidos com a publicação de um relatório no *Accounting Standards Steering Committee*, documento este, que evidenciava os benefícios e os esforços feitos pelas empresas na divisão de suas riquezas entre Estado, trabalhadores, provedores de capital e reinvestimentos (CUNHA, 2002). A partir deste momento, várias empresas começaram a elaborar o relatório com a representatividade de ser um importante instrumento de informação para o movimento trabalhista (BONIATTI, 2019).

No Brasil, verificaram-se as primeiras publicações deste relatório no final da década de 80, sendo parte integrante do Balanço Social, possibilitando a verificação da situação das empresas no campo social (De Luca, 1998). Desta forma, no início da década de 90, por incentivo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as DVA's começaram a ser elaboradas pelas sociedades anônimas de capital aberto (RIBEIRO, 2014 apud BONIATTI, 2019). Porém a obrigatoriedade do demonstrativo para as entidades constituídas sobre forma de Sociedade por Ações (S.A.) veio com

a Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08, que alteraram o art. 176 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.As).

Segundo Cardoso, Saravia, Tenório e Silva (2009), esta alteração na legislação brasileira deve-se também ao fato relevante do interesse público, visto que, apesar de ser facultativo a divulgação no ano de 2007, várias companhias abertas divulgaram voluntariamente suas DVAs nesse ano. Para Martins, Gelbcke, Santos e Iudícibus (2013), a DVA teve sua divulgação incentivada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio do Parecer de Orientação CVM nº 24/92, quanto pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da NBC T 3.7.

O parecer da CVM, anteriormente citado, abordava aspectos de qualidade da informação contábil, enfatizando exemplos de enriquecer esta informação que seria levada ao público, citando como exemplo desses aspectos.

a) apresentação de demonstrações complementares (tais como Demonstração de Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado);

b) apresentação de Notas Explicativas sobre valor de mercado de estoques, ouro e ações de alta liquidez e resultados por linha de produtos ou negócios, em especial referentes às demonstrações consolidadas;

c) outras orientações - maior ênfase às demonstrações financeiras consolidadas, de maneira que as demonstrações individualizadas da companhia controladora sejam apresentadas em separado e em menor destaque, contendo as contas e seus respectivos valores exigidos em lei; elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, mesmo quando os investimentos em controladas não atingirem 30% de seu patrimônio líquido, conforme previsto no art. 249 da Lei nº 6.404/76; maior ênfase às demonstrações com correção integral, de maneira que aquelas elaboradas na forma societária, quando publicadas, sejam também apresentadas em separado, contendo as contas e valores legalmente exigidos.

Por conseguinte, em 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu o pronunciamento técnico CPC 09, no qual enfatiza que o objetivo da DVA seria a evidenciação de riqueza de determinada entidade, assim como sua distribuição em um determinado período de tempo:

Para os investidores e outros usuários, essa demonstração proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida. A decisão de recebimento por uma comunidade (Município, Estado e a própria Federação) de investimento pode ter nessa demonstração um instrumento de extrema utilidade e com

informações que, por exemplo, a demonstração de resultados por si só não é capaz de oferecer (CPC, 2008).

Segundo Lerbarck (2019), esse pronunciamento possibilitou a avaliação do papel da entidade em âmbito geral quanto ao governo, pagamento de impostos, pagamento de salários, demanda por serviços de terceiros, dentre outros.

2.1.2 DVA e PIB

Segundo Cavalheiro (2010), sob o enfoque macroeconômico, o PIB é um indicador tradicional que trata sobre a mensuração de riquezas e sobre a elaboração de políticas públicas. Assim, o PIB representa o resultado final das atividades econômicas de produção dentro de determinado território econômico, desconsiderando as transações intermediárias, ou ainda, o total do valor adicionado bruto num conceito amplo de território, com inclusão de impostos indiretos líquidos. Se a variação do PIB for positiva indica um crescimento econômico, se for negativa, houve uma recessão econômica no país (PASSOS, MACIEL, DORIA, OLIVEIRA, RUSSO, 2012).

Souza, Oliveira, Santana, Viana Neto e Santos (2015) afirmam que o PIB seria uma forma de demonstrar o quanto foi acumulado num país por um determinado período de tempo, sendo assim, é estabelecido a partir do acúmulo de três setores: Agropecuária, Indústria e Serviços. E segundo o IBGE (2013) esses três grandes setores subdividem-se e totalizam um grupo de 20 atividades econômicas, dentre eles estão incluídas as atividades das instituições financeiras como: intermediação financeira, seguros e previdência complementar.

Para De Luca, Cunha, Ribeiro, Oliveira (2009), a estimativa da contribuição destas instituições na formação do PIB recebe, intencionalmente, um tratamento diferenciado, pois adotando o mesmo procedimento das outras empresas e devido aos serviços eventuais das instituições financeiras não serem relevantes, o valor adicionado poderia ser nulo ou negativo. Assim, para evitar essa negatividade do valor, estabeleceu-se adicionar à produção, um valor correspondente à diferença entre os juros recebidos e os juros pagos à produção efetiva da atividade, o qual se denominou de SIFIM – Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos. Desta forma, para fins de cálculo do PIB, no final, esse valor é deduzido.

Quanto à relação entre PIB e DVA, Santos e Hashimoto (2003) evidenciam

que a DVA atuaria como uma importante consequência à geração de informações que subsidiariam a tarefa de estimação do PIB do país. Assim como a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras (FIPECAFI, 2008) identifica que as informações na DVA permitem além da análise de desempenho econômico, o auxílio no cálculo do PIB e de indicadores sociais. Na instrução n^o 469/2008, a CVM também identifica essa relação destacando que a DVA é uma demonstração útil no ponto de vista macroeconômico apesar da diferença temporal entre o modelo econômico e o contábil. Assim, para obter o valor adicionado ou riqueza criada pela empresa, o primeiro modelo utiliza o conceito de produção, enquanto o segundo utiliza o conceito de vendas.

2.1.3 DVA nas Instituições Financeiras

Por meio da resolução 1.138/08, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) regulamentou a DVA, tendo sua estrutura e forma de apresentação similar às demais atividades empresarias (CORSI, 2016). Observa-se varias estrutura de DVA, anexo A e B, porém, devido à características específicas das instituições financeiras e sua formação de riqueza diferenciada das demais, o Comitê de Pronunciamento Contábil juntamente com esse conselho, elaboraram uma demonstração do valor adicionado próprio para o setor, conforme apresentado abaixo:

Quadro 1 - DVA Modelo II CPC - Instituições Financeiras

Código	Descrição da conta contábil
1	Receitas
1.1	Intermediação financeira
1.2	Prestação de serviços
1.3	Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)
1.4	Outras
2	Despesas De Intermediação Financeira
3	Insumos Adquiridos De Terceiros
3.1	Materiais, energia e outros.
3.2	Serviços de terceiros
3.3	Perda / Recuperação de valores ativos
3.4	Outras (especificar)
4	Valor Adicionado Bruto (1-2-3)
5	Depreciação, Amortização E Exaustão.
6	Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (4-5)
7	Valor Adicionado Recebido Em Transferência
7.1	Resultado de equivalência patrimonial
7.2	Outras
8	Valor Adicionado Total A Distribuir (6+7)
9	Distribuição Do Valor Adicionado (*)
9.1	Pessoal
9.1.1	Remuneração direta
9.1.2	Benefícios
9.1.3	F.G.T. S
9.2	Impostos, taxas e contribuições.
9.2.1	Federais
9.2.2	Estaduais
9.2.3	Municipais
9.3	Remuneração de capitais de terceiros
9.3.1	Juros
9.3.2	Aluguéis
9.3.3	Outras
9.4	Remuneração de capitais próprios
9.4.1	Juros sobre o capital próprio
9.4.2	Dividendos
9.4.3	Lucros retidos / Prejuízo do exercício
9.4.4	Participação dos não controladores nos lucros retidos

Fonte: Adaptado do CPC 09

Destaca-se a partir do quadro apresentado, que a formação de riqueza das instituições financeiras é composta por receitas de intermediação financeira, receitas de prestação de serviços, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras receitas.

Segundo o CPC 09, as receitas de intermediação financeira incluem as receitas com operações de crédito, arrendamento, resultados de câmbio, títulos e valores mobiliários e outras; as receitas de prestação de serviços são constituídas pelas receitas relativas à cobrança de taxas por prestação de serviços pagas pelos clientes; a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) pelos valores relativos à constituição e baixa da provisão; e as outras receitas que incluem parte

dos valores realizados de ajustes de avaliação patrimonial, valores relativos à construção de ativos na própria entidade, valores considerados fora das atividades principais da entidade, tais como: ganhos e perdas na baixa de imobilizados, ganhos e perdas na baixa de investimentos, dentre outros.

Cabe destacar que a provisão para créditos de liquidação duvidosa por tratar-se de fator relevante para o setor financeiro e é regulamentada pela resolução CMN nº 4.855 de 24/9/2020, na qual a reversão da PCLD ocorre apenas quando cessarem as razões pelas quais a provisão foi criada, incluindo os valores relativos à constituição e a reversão da provisão (CORSI, 2016).

Por convenção, no que se refere à atividade bancária, as despesas com intermediação financeira devem fazer parte da formação líquida da riqueza e não de sua distribuição, sendo incluídas nesta categoria os gastos com operações de captação, empréstimos, repasses, arrendamento e outros. Os insumos adquiridos de terceiros reduzem a riqueza criada pela empresa com o objetivo de observar apenas o valor que foi agregado. Sendo os principais: materiais, energia e outros; serviços de terceiros, perda e recuperação de valores ativos, assim como depreciação, amortização e exaustão. Essas contas incluem valores relativos às despesas originadas de aquisições e pagamentos a terceiros, gastos de pessoal que não seja próprio, valores relativos a ajustes a valor de mercado de investimentos, dentre outros (CPC, 2008).

Torna-se importante destacar que na perda e recuperação de valores ativos, os ajustes por avaliação a valor de mercado de estoques, imobilizados, investimentos, devem ser reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas por desvalorização de ativos. O valor adicionado recebido em transferência inclui o resultado de equivalência patrimonial (devendo a despesa ser considerada como redução ou valor negativo), receitas financeiras (considerando também as variações cambiais ativas, independente de sua origem) e outras receitas (dividendos relativos a investimentos avaliados pelo custo, aluguéis, direitos de franquia, dentre outros) (CPC 01, 2010).

A segunda parte da DVA demonstra a estrutura da distribuição da riqueza gerada, considerando como principais componentes: pessoal; impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. No que diz respeito ao pessoal, incluem-se as remunerações diretas

(salários, 13º salários, férias comissões e outros), os benefícios (planos de saúde e aposentadoria, alimentação, transportes) e o FGTS (depositado mensalmente na conta de cada funcionário). Para impostos, taxas e contribuições estão nesse conjunto impostos federais, estaduais e municipais. Quanto à remuneração de capitais de terceiros, são considerados os valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital, relativos a juros, aluguéis, ou outras remunerações que se caracterizem como transferência de riqueza. E por fim, a remuneração de capitais próprios, na qual estão incluídas as remunerações dos sócios e acionistas (CPC, 2008).

2.2 Estudos anteriores

Cunha (2002) investigou através das DVA's, a relação entre a riqueza gerada e a remuneração dos empregados, a fim de verificar se essa variação influenciaria na distribuição de renda. A autora utilizou a pesquisa bibliográfica e os dados secundários, obtendo como amostra 198 empresas de três grandes ramos: indústria, comércio e serviços. Os dados coletados receberam tratamento estatístico de análise descritiva, sendo calculado a média, a mediana e o desvio padrão. Como resultado, o estudo identificou que não existe relação entre a riqueza gerada pelas empresas e a sua distribuição aos funcionários. E conclui também que a empresa aumentar sua geração de riqueza não determina um maior repasse aos empregados. Constatou-se que esse crescimento de riqueza foi canalizado para outros agentes e não para os empregados.

Fregonesi (2009) também realizou uma análise sobre a DVA, tendo como objetivo identificar em quais condições as empresas podem considerar seus investimentos sociais como distribuição de valor adicionado. Através de uma metodologia diferenciada, denominada estruturalismo, na qual o estudo é dividido em fases (revisão bibliográfica e fases empíricas posteriores), a autora identificou que os investimentos socioambientais caracterizados como doações devem ser classificados como redistribuição da renda gerada e na DVA em distribuição do valor adicionado. Porém quando a empresa realiza investimentos na tentativa de compensar prejuízos previamente causados à sociedade, entende-se que não há um valor adicionado, mas uma redução.

Complementarmente a esses estudos, Nagai (2012) buscou em sua

pesquisa compreender, explicar e descrever quais eram as fontes de recursos das entidades do terceiro setor e como poderiam ser evidenciadas na DVA para uma melhor contribuição ao cálculo da participação destas entidades no produto nacional. Além da utilização de fontes bibliográficas e documentais, a autora realizou uma simulação das DVA's das entidades do terceiro setor, com base nas características e fontes de recursos. O estudo também identificou que, salvo algumas reconciliações, as entidades que mantêm suas atividades e financiam seus projetos com recursos advindos da prestação de serviços ou venda de mercadorias ou produtos, geram por si valor adicionado, contribuindo na participação do setor no produto nacional. De forma diferente, nas fundações e institutos empresariais, os quais são meros gestores de recursos recebidos, não há geração de valor adicionado próprio e, portanto, não causam impacto no cômputo do PIB.

Corsi (2016) identificou a importância da DVA para análise de desempenho empresarial, assim como sua aplicabilidade e importância no processo de análise e estratégias para sindicatos, governo, investidores, analistas financeiros dentre outros. A autora também analisou a Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD), constante nas DVA's de quatro bancos. A metodologia utilizada foi um estudo de caso múltiplo do setor financeiro restrito aos quatro maiores bancos brasileiros, que negociaram suas ações através da bolsa, através das DVA's coletadas no sítio eletrônico da Bm&f Bovespa, no período de 2010 a 2014. Assim, verificou-se que a DVA se mostrou um relatório significativo no tocante a PCLD, que tem um peso significativo na formação do SPREAD bancário e que a DVA ajuda a entender, em partes, a ocorrência do crescimento das taxas de juros.

Silva (2017) analisaram os dados das DVA's por meio de indicadores, apresentado e comparando a capacidade de geração e distribuição de riqueza das instituições bancárias participantes e não participantes do Índice Carbono Eficiente (ICO2), proposto pela BM&FBOVESPA. Os autores utilizaram a pesquisa descritiva, documental e de abordagem quantitativa, utilizando o processo de amostragem não probabilístico sendo o universo da pesquisa composto pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Infere-se a partir desse estudo que há uma similaridade entre os dois grupos, na qual a maior parcela de riqueza distribuída é destinada aos empregados, variando de 37% a 45% do total do valor adicionado gerado.

Silva et.al (2018) analisaram como aconteceu a distribuição do valor

adicionado de 26 bancos listados na bolsa de valores (B3) no período entre 2011 e 2015. Por meio de uma pesquisa quantitativa, de caráter descritivo e utilizando fontes bibliográficas e documentais, os autores utilizaram as DVA's, os Relatórios da Administração e as Notas Explicativas, constatando que o segmento de remuneração para capitais próprios foi o que mais recebeu valor adicionado, seguido de pessoal, governo e remuneração de capitais de terceiros. Supondo-se, portanto, que os sócios são os que recebem a maior parte da riqueza gerada pelos bancos.

Boniatti (2019) utilizou as DVA's para verificar como foi a distribuição de riqueza das empresas que compõem o Índice Brasil 100 (IBrX 100) da Bolsa de Valores B3 no período de 2013 a 2017. Por meio de uma pesquisa descritiva, de abordagem predominantemente qualitativa e de caráter documental. Os dados foram coletados no site da Bolsa de Valores B3, na seção dos relatórios financeiros onde estão as Demonstrações Financeiras Padronizadas. A análise do estudo foi feita com base em indicadores e evolução histórica, encontrando-se como resultado que as empresas distribuíram de forma divergente o valor adicionado em cada ano e que essa distribuição varia conforme o segmento de atuação.

Lerbarck (2019) realizou uma pesquisa comparativa da evolução da distribuição da riqueza dos cinco maiores bancos do Brasil, num período de 10 anos, segregando-as em públicas e privadas devido às divergências existentes entre esses setores. Para isto, utilizou uma pesquisa descritiva, adotando uma coleta de dados bibliográfica e documental, considerando as DVA's destas instituições no período entre 2009 a 2018. A partir dos resultados encontrados pela autora, observou-se que as empresas públicas têm mais objetivos comerciais e sociais, que por natureza são conflitantes e que refletem na distribuição de riqueza. Desta forma, os bancos privados distribuíram maior percentual do seu valor gerado para o governo, com o pagamento de impostos, e para o capital próprio. Por outro lado, os bancos predominantemente públicos distribuíram maior percentual para o pagamento de funcionários e serviços demandados de terceiros.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresentará um breve histórico das instituições financeiras e o constructo da pesquisa.

3.1 Instituições Financeiras

O Sistema Financeiro Nacional exerce o papel de intermediador de recursos entre agentes superavitários, os poupadores de recursos e os tomadores de recursos. As instituições financeiras bancárias podem ser consideradas os principais agentes dessa intermediação, sendo caracterizadas por bancos comerciais, caixas econômicas, ou cooperativas de crédito (LERBARCK, 2019).

Segundo Pereira (2007), os bancos comerciais destacam-se pela sua operacionalidade, devido à criação de depósitos à vista, principalmente quando repassados na forma de empréstimos para os tomadores de recursos; assim como representam um alvo de regulamentações e supervisões objetivando a preservação de pagamentos e sua solvência.

No que diz respeito às caixas econômicas, o Banco Central do Brasil dispõe que são instituições semelhantes aos bancos comerciais, porém possuem como característica distintiva a priorização de concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esporte. No Brasil, existe apenas a Caixa Econômica Federal, instituição esta que pode operar com crédito direto ao consumidor, emprestar sob garantia de penhor industrial e caução de títulos, bem como tem o monopólio do empréstimo sob penhor de bens pessoais e sob consignação e tem o monopólio da venda de bilhetes de loteria federal. Além de centralizar o recolhimento e posterior aplicação de todos os recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Por fim, as cooperativa de crédito brasileiras têm seu regime jurídico definido pela Lei 5.764/71, sua regulamentação é definida pelo CMN e sua fiscalização exercida pelo Banco Central; são constituídas para captar depósitos, fornecer crédito e prestar serviços a seus associados e podem estar estruturadas como singulares, centrais ou confederações de cooperativas (FONTES FILHO, MARUCCI E

OLIVEIRA, 2008).

3.2 Constructo da Pesquisa

A escolha pelo setor bancário é devido à importância na economia de qualquer país, tendo como principal atividade a intermediação financeira, captando recursos dos agentes superavitários e emprestando os recursos para os deficitários. Além de ser responsável pela aplicação de políticas econômicas determinadas pelo Governo.

Quanto aos objetivos, apesar da utilização de gráfico e tabelas, considera-se que esta monografia é predominantemente de natureza qualitativa, de caráter descritivo e com temporalidade longitudinal. E quanto aos procedimentos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental. A amostra foi composta pelas cinco maiores instituições financeiras do Brasil (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander), considerando que o volume dos ativos dessas instituições no cenário nacional mostrou-se relevante quando comparado ao PIB (IBGE, 2020).

Foram analisadas 25 demonstrações, uma vez que o recorte cronológico da pesquisa é longitudinal no decorrer de cinco exercícios – 2016 a 2020. Cada DVA foi retirada dos sites oficiais das instituições selecionadas, sendo possível obter as demonstrações de todos os períodos que se pretendeu analisar. Os dados foram dispostos em planilhas, separados por cada instituição. Para cada ano, foi realizado o processo de mensuração dos percentuais de distribuição do valor adicionado utilizando a técnica de análise vertical (procedimento em que divide-se uma grandeza por outra, levando em consideração um mesmo período) e a análise horizontal, na qual comparam-se as contas em diferentes períodos (MARION, 2019).

Ao longo desta análise, alguns questionamentos mostraram-se pertinentes para nortear a reflexão na observação dos demonstrativos:

a) Qual a variação do valor agregado a distribuir durante os anos em cada instituição?

b) Há uma similaridade na proporção que as instituições analisadas distribuem suas riquezas entre os agentes?

c) Quais os grupos beneficiários tiveram maior participação no recebimento das riquezas geradas?

d) Qual a relação do valor a distribuir das instituições comparado com o PIB?

e) Existe alguma diferença na distribuição do valor adicionado entre as instituições financeiras públicas e as privadas?

Com o objetivo de responder esses questionamentos, agrupou-se os dados obtidos da seguinte forma: por instituição financeira, por ano e por grupo de distribuição, o que possibilitou a comparabilidade dos percentuais apresentados em cada DVA. Para identificar se as DVA's analisadas atendiam à regulamentação solicitada, verificou-se na legislação pertinente os critérios e as características de sua elaboração, sendo possível concluir que as instituições estavam seguindo o normativo.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Banco do Brasil

O Banco do Brasil (BB) atua em todos os setores do mercado financeiro, desde o bancário até o mercado de capitais, com um amplo portfólio de produtos e serviços. Com abrangência nacional e presente em 3.550 municípios brasileiros por meio de sua rede própria de atendimento, o BB possui a maior rede de agências do Brasil e possui o maior parque de terminais de autoatendimento da América Latina, somando 45 mil terminais próprios. Sediado em Brasília (DF), o Banco do Brasil possui presença física em 23 países e, por meio de uma rede de 1.039 bancos correspondentes, alcança 140 países, sendo o banco brasileiro que conta com a maior rede própria de atendimento no exterior (BANCO, 2021).

Observa-se na tabela 1, considerando o ano de 2016 como base de referência, a geração de riquezas do Banco do Brasil com um aumento nos anos de 2017 e 2018, obtendo-se dessa forma um crescimento acumulado de 8,21%. Porém, apesar dessa geração de riquezas representar um saldo positivo no acumulado de 2,98% em 2019, percebe-se que, se comparado ao ano anterior 2018, houve uma redução de 4,83% nessa geração de valor. Situação esta que continuou no ano de 2020, no qual se identifica que em cinco anos esta entidade teve um decréscimo na sua geração de riquezas de 2,55%, conforme tabela 1 abaixo:

Tabela 1- Evolução do Valor Adicionado do Banco do Brasil

Ano	Valor Adicionado ¹	Base 2016 (%) [*]	Ano Anterior(%) ^{**}
2016	R\$ 44.341.698,00	-	-
2017	R\$ 45.764.448,00	3,21%	3,21%
2018	R\$ 47.980.304,00	8,21%	4,84%
2019	R\$ 45.663.195,00	2,98%	-4,83%
2020	R\$ 43.210.015,00	-2,55%	-5,37%
Média	R\$ 45.391.932,00	2,37%	

Fonte: Elaboração própria

Valor Adicionado¹: Valor Corrente expresso em Milhares

(*) Variação dos valores referente ao ano Base 2016

(**) Variação dos valores referente ao ano imediatamente anterior

Considerando a média dos valores, apesar das oscilações de acréscimos e reduções dos valores adicionados neste período (2016-2020), percebe-se um incremento de 2,37%, em relação ao ano inicial.

Tabela 2 - Distribuição do Valor Adicionado - Banco do Brasil

	2016		2017		2018		2019		2020	
Valor Adicionado a Distribuir	44.341,70	%	45.764,45	%	47.980,30	%	45.663,20	%	43.210,02	%
Pessoal	21.339,57	48,13	19.495,83	42,60	20.015,99	41,72	23.142,84	50,68	21.480,21	49,71
Governo	11.851,05	26,73	12.040,53	26,31	12.342,59	25,72	534,75	1,17	6.100,18	14,12
Capital de Terceiros	1.442,49	3,25	1.567,29	3,42	1.363,85	2,84	1.341,67	2,94	1.355,71	3,14
Capital Próprios	9.708,60	21,89	12.660,81	27,67	14.257,88	29,72	20.643,93	45,21	14.273,91	33,03

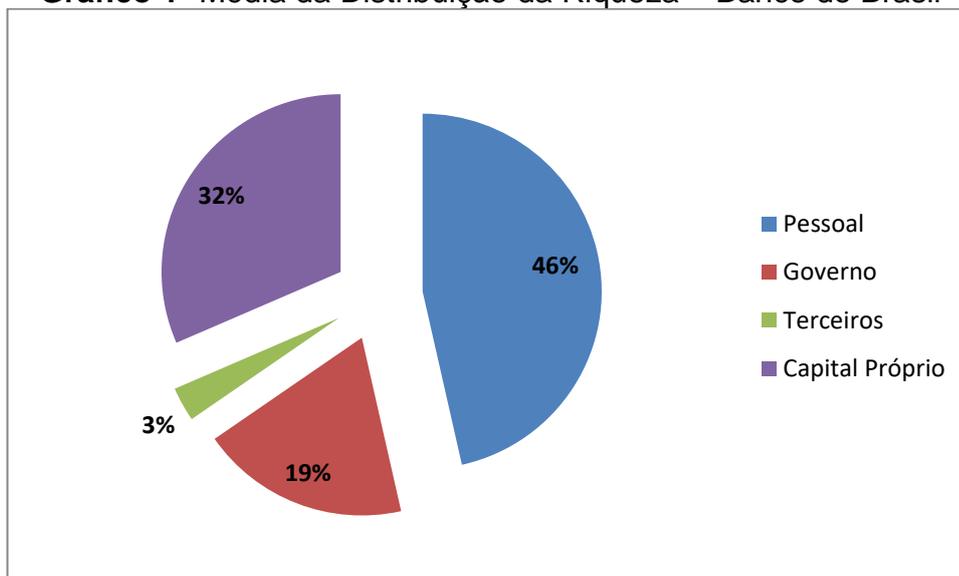
Fonte: Elaboração própria

Valor Adicionado¹: Valor em Milhões

Analisando como está sendo distribuído o Valor Adicionado entre os agentes durante os anos analisados (tabela 2), percebe-se que em todos os anos o grupo de Pessoal foi o maior beneficiado.

No ano de 2016 o Governo foi o segundo que mais recebeu o Valor Adicionado gerado pelo banco, situação está que não se repetiu durante os demais anos. Em 2017, 2018 e 2020 foi o terceiro maior beneficiário ficando atrás dos grupos de Pessoal e Capital Próprio e em 2019 foi o que menos recebeu a riqueza gerada, ficando apenas com 1,17% do total.

Quanto ao grupo de Capital Próprio, durante os anos de 2016 a 2020, apenas no ano de 2016 este grupo foi o terceiro maior beneficiário, já nos demais anos ficou com a segunda maior parcela.

Gráfico 1- Média da Distribuição da Riqueza – Banco do Brasil

Fonte: Elaboração própria

Considerando a média da distribuição da riqueza gerada no Banco do Brasil no período analisado, pode-se observar pelo gráfico 1 que o agrupamento que recebeu a maior parcela foi o de funcionários (Pessoal) com 46% de toda a riqueza, seguidos dos acionistas (Capital Próprio) com 32%, ficando o Governo com uma fatia de 19% da riqueza gerada por esta instituição e com uma parcela bem menor os Terceiros (alugueis).

4.2 Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica teve sua fundação em 1861 e tem uma posição consolidada no mercado como um banco de grande porte, sólido e moderno. Como principal agente das políticas públicas do governo federal, está presente em todo o país, sem perder sua principal finalidade: a de acreditar nas pessoas. Apresenta uma política de adaptação à realidade dos brasileiros, promovendo atendimento a correntistas, trabalhadores, beneficiários de programas sociais e apostadores, acreditando e apoiando iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas em todo o Brasil (CAIXA, 2021).

Tabela 3 - Distribuição do Valor Adicionado – CAIXA

Ano	Valor Adicionado ¹	Base 2016 (%) [*]	Ano Anterior (%) ^{**}
2016	R\$ 30.069.598,00	0,00%	
2017	R\$ 41.836.363,00	39,13%	39,13%
2018	R\$ 39.550.600,00	31,53%	-5,46%
2019	R\$ 49.710.289,00	65,32%	25,69%
2020	R\$ 41.619.183,00	38,41%	-16,28%
Média	R\$ 40.557.206,60	34,88%	

Fonte: Elaboração própria

Valor Adicionado¹: Valor Corrente expresso em Milhares

(*) Variação dos valores referente ao ano Base 2016

(**) Variação dos valores referente ao ano imediatamente anterior

A partir da tabela 3, levando-se em consideração o ano de 2016 como o ano de referencia, observa-se que a evolução do valor adicionado da Caixa Economica durante os anos analisados, apresentou um acrescimo expressivo em todos os anos, sendo de 39,13% em 2017, de 31,53% em 2018, em 2019 de 65,32% e de 38,41% em 2020.

Em comparação com o ano base (2016), todos os anos apresentaram crescimento do valor adicionado. Porém, se considerarmos a sequencia temporal

dos anos, observa-se que em 2018 houve um decréscimo de 5,46% do valor adicionado gerado em 2017. E, com relação a 2019, observa-se que em 2020 o valor adicionado reduziu 16,28%.

Tabela 4 - Distribuição do Valor Adicionado - CAIXA

Distribuição do Valor Adicionado - CAIXA										
	2016		2017		2018		2019		2020	
Valor Adicionado a Distribuir	30.069,60	%	41.836,36	%	39.550,60	%	49.710,29	%	41.619,18	%
Pessoal	19.434,27	64,63%	21.059,18	50,34%	19.067,52	48,21%	20.855,55	41,95%	21.225,35	51,00%
Governo	4.965,48	16,51%	6.740,86	16,11%	8.645,45	21,86%	6.288,81	12,65%	5.733,47	13,78%
Capital de Terceiros	1.533,20	5,10%	1.520,20	3,63%	1.482,30	3,75%	1.509,25	3,04%	1.491,01	3,58%
Capital Próprios	4.136,66	13,76%	12.516,12	29,92%	10.355,33	26,18%	21.056,68	42,36%	13.169,36	31,64%

Fonte: Elaboração própria

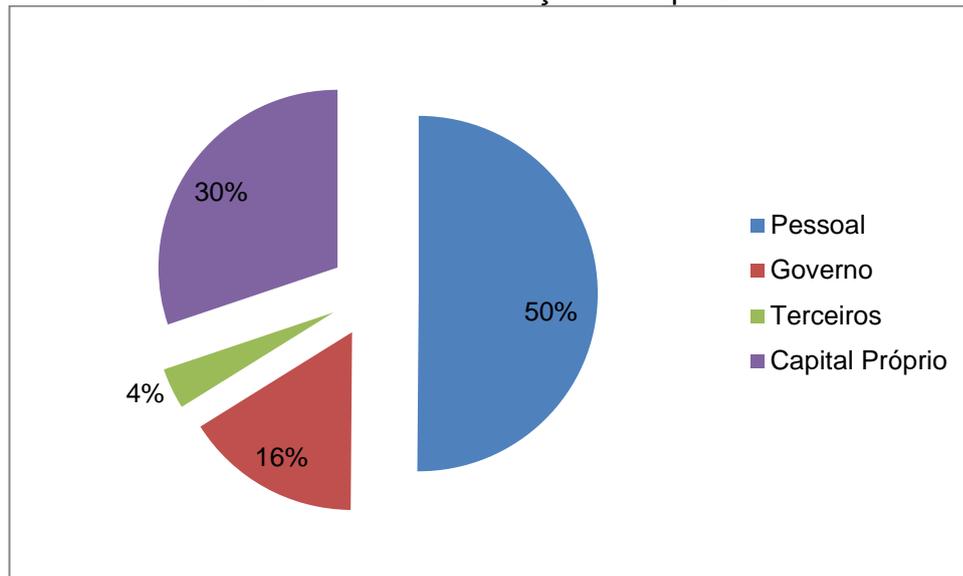
Valor Adicionado¹: Valor em Milhões

Conforme tabela 4, que apresenta como foram distribuídas as riquezas geradas pela instituição entre os agentes geradores, no ano de 2016 o grupo de pessoal foi o que recebeu a maior parte, ficando com 64,63%, seguido pelos grupos de Governo, Capital Próprio e Capital de Terceiro, recebendo respectivamente 16,51%, 13,76% e 5,10%.

Nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2020, observou-se que o grupo Pessoal foi o que recebeu a maior fatia do valor adicionado. No entanto, quando comparado ao ano de 2016, em 2017 e 2018, percebeu-se uma alteração na ordem dos agentes que mais receberam a riqueza adicionada, verificando que a segunda maior parcela foi destinada ao grupo de Capital Próprio, seguido pelo grupo Governo e, em seguida, Capital de Terceiros.

Em 2019, a instituição teve um aumento na distribuição para Capital Próprio que superou o valor destinado ao grupo de remuneração de Pessoal. Cabe ainda ressaltar que a Caixa Econômica, por ser uma empresa pública, não faz a distribuição de seus lucros entre os acionistas, observando-se que a maior parte do valor destinado ao grupo Capital Próprio é direcionado para lucros retidos.

No ano de 2020, a Caixa também seguiu a ordem de distribuição dos anos de 2017 e 2018. Notou-se que o grupo de Capital de Terceiros foi o que menos recebeu parcela do valor adicionado em todos os anos.

Gráfico 2- Média da distribuição da riqueza - Caixa

Fonte: Elaboração própria

Analisando o gráfico 2, o qual representa a média aritmética da distribuição da riqueza durante os anos de 2016 à 2020, percebeu-se que o grupo que mais recebeu a parcela foi o grupo de Pessoal com 50%, seguido de Capital Próprio (30%), Governo (16%) e Capital de Terceiros (4%).

4.3 Itaú

O Itaú Unibanco é o maior banco privado do Brasil, a maior instituição financeira da América Latina e uma das maiores do mundo. Segundo o *Ranking* Interbrand, a marca é apontada pelo 16º ano consecutivo como a mais valiosa do país. Está presente em 18 países, buscando oferecer soluções completas por meio de inteligência financeira e um ecossistema de parcerias. É uma instituição que participa de todas as áreas econômicas e exerce liderança em diversos segmentos, como investimentos, Private Bank e cartões (ITAU, 2021).

Na tabela 5, observa-se que o Banco Itaú no período de 2016 a 2020 teve uma variação significativa de Valor Adicionado durante os anos analisados. Utilizando o ano de 2016 como ano de referência e comparando com os demais anos, no ano de 2017 houve uma redução de 8,60%, redução que será revertida no ano de 2018, que comparando com o ano de referência temos um crescimento de 2,35% e comparando com o ano de 2017 este crescimento é de 11,98%, considerando os valores absolutos é um crescimento de 7,6 bilhões.

Em 2019 a instituição teve um incremento de 0,02% comparado com o ano de 2016, porém uma redução se levarmos em consideração o ano anterior de 2,28%.

O ano de 2020 foi o ano que gerou o menor Valor Adicionado nesses anos, gerando em valores absolutos o montante de 54,5 bilhões que comparado com o ano de referência apresentou uma redução de 22,11% e em relação ao ano anterior esta redução foi de 22,13%.

Tabela 5 - Evolução do Valor Adicionado Itaú

Ano	Valor Adicionado ¹	Base 2016 (%) [*]	Ano Anterior (%) ^{**}
2016	R\$ 70.003.000,00	0,00%	
2017	R\$ 63.984.000,00	-8,60%	-8,60%
2018	R\$ 71.651.000,00	2,35%	11,98%
2019	R\$ 70.019.000,00	0,02%	-2,28%
2020	R\$ 54.527.000,00	-22,11%	-22,13%
Média	R\$66.036.800,00	-5,67%	

Fonte: Elaboração própria

Valor Adicionado¹: Valor Corrente expresso em Milhares

(*) Variação dos valores referente ao ano Base 2016

(**) Variação dos valores referente ao ano imediatamente anterior

Verifica-se ainda que a média aritmética dos valores adicionados no período é de 66,04 bilhões. Desta forma, essa média só é inferior aos valores apresentados nos anos de 2017 e 2020 e sendo 5,67% menor que o ano de referência.

Tabela 6 - Distribuição do Valor Adicionado - Itaú

	2016		2017		2018		2019		2020	
Valor Adicionado a Distribuir	70.003,00	%	63.984,00	%	71.651,00	%	70.019,00	%	54.527,00	%
Pessoal	20.321,00	29,03	20.925,00	32,70	22.275,00	31,09	25.960,00	37,08	22.567,00	41,39
Governo	24.620,00	35,17	17.323,00	27,07	22.171,00	30,94	15.957,00	22,79	16.639,00	30,52
Capital de Terceiros	1.480,00	2,11	1.468,00	2,29	1.566,00	2,19	289,00	0,41	257,00	0,47
Capital Próprios	23.582,00	33,69	24.268,00	37,93	25.639,00	35,78	27.813,00	39,72	15.064,00	27,63

Fonte: Elaboração própria

Valor Adicionado¹: Valor em Milhões

Analisando a tabela 6 percebe-se que, no ano de 2016, o Itaú teve a maior parcela de sua riqueza gerada distribuída para o governo, seguido pelos acionistas (Capital Próprio) com 33,69% e funcionários (Pessoal) com 29,03%, sendo que o grupo que recebeu a menor fatia foi o de Terceiros com 2,11% da riqueza gerada.

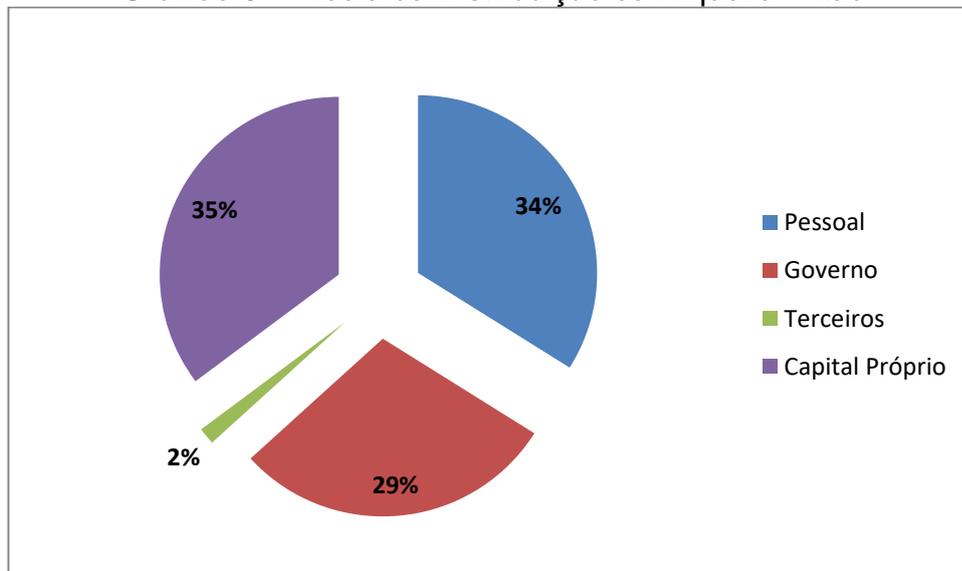
No ano de 2017, observa-se uma alteração no percentual que cada grupo recebeu comparado com o ano de 2016. Nesse ano, quem recebeu a maior parte da riqueza gerada foi o grupo de Capital Próprio com 37,93%, seguido por Pessoal com 32,70 e Governo 27,07%. A menor parcela da riqueza novamente ficou com o grupo de Capital de Terceiros, situação que ocorre também nos anos de 2018 e 2019.

O ano de 2018 segue a mesma ordem do ano de 2017, ficando os acionistas com a maior parcela da riqueza gerada nesse ano, seguidos pelos grupos de Pessoal, Governo e Capital de Terceiro ordenados do maior para o menor.

No ano seguinte, a instituição apresentou o segundo maior valor agregado do período analisado, tendo sua riqueza destinada principalmente para os acionistas, que receberam 39,72% do montante gerado pela empresa e comparando-o com os demais anos analisados, foi o período no qual os acionistas mais receberam nessa distribuição.

Por fim, o ano de 2020 o Itaú teve sua distribuição feita de forma adversa dos anos anteriores, ficando o grupo de Pessoal com o maior percentual de riqueza (41,39%), seguido pelo Governo (30,52%), Capital Próprio (27,63%) e Capital de Terceiros (0,47%).

Gráfico 3 – Média da Distribuição da Riqueza – Itaú



Fonte: Elaboração própria

A partir do gráfico 3 acima, observa-se que a instituição distribuiu a riqueza gerada principalmente para o grupo de Capital Próprio, que ficou com 35% de toda

riqueza gerada no período, seguido do Grupo de Pessoal com 34% e Governo com 29%. Enquanto o grupo de Terceiros ficou apenas com uma pequena parcela da riqueza distribuída pelo Itaú, que foi de 2%.

4.4 Bradesco

O Bradesco é um dos maiores grupos financeiros do Brasil, com sólida atuação voltada aos interesses de seus clientes desde 1943. Além da excelência em serviços, destaca-se por ser um dos melhores gestores de recursos do mercado, com resultados construídos sobre bases sustentáveis (BRADESCO, 2021).

Conforme tabela 7, o Bradesco apresentou no ano de 2016 um valor adicionado de R\$ 51,8 bilhões de reais considerando valores correntes, ou seja, sem o desconto da inflação do período, esse valor serviu como referência para análise dos anos que sucederam. Verificou-se que, no ano de 2017, a instituição apresentou uma redução de 7,05% em relação ao ano de referencia e em 2018, essa redução foi menor, ficando em 2,86%. Em comparação ao ano anterior houve, no entanto, um aumento de 4,51%.

Nos anos seguintes, 2019 e 2020, foram anos que apresentaram os menores valores agregados, respectivamente. Sendo que no ano de 2019 a redução foi de 11,80% e o ano de 2020 a redução foi de 39,05%, se compararmos com o ano base. Já em relação ao ano anterior, o ano de 2019 apresentou uma redução de 9,21% e no ano de 2020 apresentou uma redução de 30,89%, conforme tabela abaixo:

Tabela 7- Evolução do Valor Adicionado Bradesco

Ano	Valor Adicionado ¹	Base 2016 (%) [*]	Ano Anterior(%) ^{**}
2016	R\$ 51.801.607,00	0,00%	
2017	R\$ 48.148.062,00	-7,05%	-7,05%
2018	R\$ 50.320.440,00	-2,86%	4,51%
2019	R\$ 45.687.409,00	-11,80%	-9,21%
2020	R\$ 31.573.313,00	-39,05%	-30,89%
Média	R\$ 45.506.166,20	-12,15%	

Fonte: Elaboração própria

Valor Adicionado¹: Valor Corrente expresso em Milhares

(*) Variação dos valores referente ao ano Base 2016

(**) Variação dos valores referente ao ano imediatamente anterior

O valor da média da riqueza gerada foi menor que os anos de 2016 a 2019,

sendo maior apenas que o ano de 2020, que apresentou uma redução acentuada comparando com os demais anos.

Tabela 8 - Distribuição do Valor Adicionado Bradesco

	2016		2017		2018		2019		2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Valor Adicionado a Distribuir	51.801,61	%	48.148,06	%	50.320,44	%	45.687,41	%	31.573,31	%
Pessoal	15.177,42	29,30	18.760,26	38,96	16.896,51	33,58	18.985,48	41,56	16.732,06	52,99
Governo	20.400,05	39,38	13.354,73	27,74	13.028,64	25,89	2.718,37	5,95	- 3.174,89	-10,06
Capital de Terceiros	1.039,20	2,01	1.148,26	2,38	1.145,48	2,28	1.249,87	2,74	1.272,46	4,03
Capital Próprios	15.184,94	29,31	14.884,81	30,91	19.249,81	38,25	22.733,70	49,76	16.743,68	53,03

Fonte: Elaboração própria
Valor Adicionado¹: Valor em Milhões

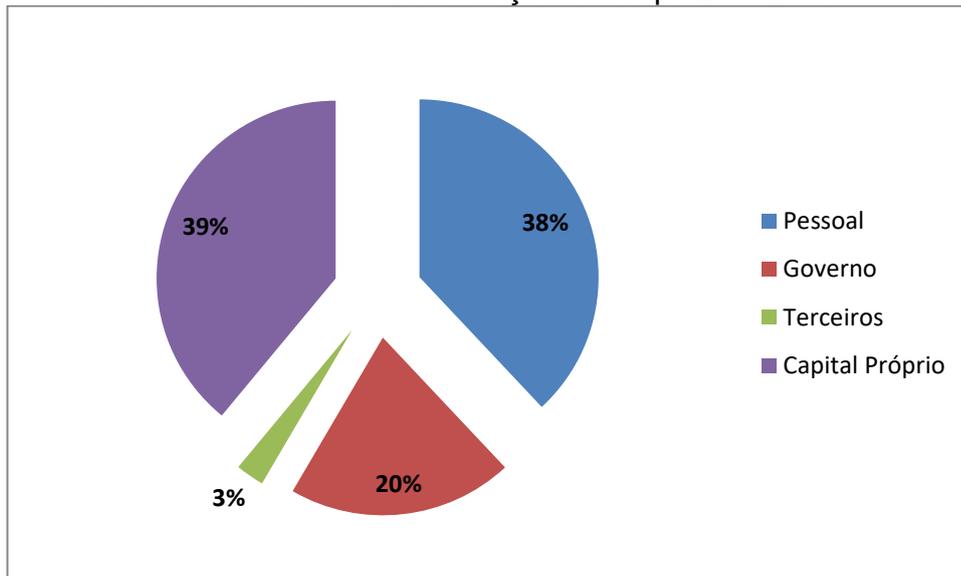
Analisando a tabela 8, identifica-se que o Bradesco distribui suas riquezas geradas no período, verifica-se que no ano de 2016 o Governo foi o grupo que teve o maior percentual recebido, com 39,38%. Já os grupos de Pessoal e de Capital próprio receberam uma parcela similar, com pequena variação de valor, sendo respectivamente 29,30% e 29,31% e por último Capital de Terceiros com 2,01%.

Em 2017, foram os funcionários que receberam a maior parcela da riqueza gerada, com 38,96%, junto com os acionistas com 30,91%, Governo com 27,74% e alugueis com 2,38%.

No ano seguinte, foram os acionistas os que mais se beneficiaram com a riqueza gerada pela instituição, recebendo um percentual de 38,25%. Os demais beneficiados foram os funcionários (33,58%), Governo (25,89%) e Capital de Terceiros (2,28%)

Verifica-se que no ano de 2019, tiveram dois grupos que receberam juntos mais de 90% da riqueza gerada pelo Bradesco que foram o de Capital Próprio com 49,76% e Pessoal com 41,56%. Os grupos de Governo e Capital de Terceiro receberam respectivamente 5,95% e 2,74%.

O último ano analisado foi o ano de 2020 que apresentou uma reversão nos valores distribuídos para o Governo de 10,06%, destinando assim sua riqueza gerada principalmente para os acionistas (53,03%) e funcionários (52,99%), ficando assim como nos demais anos o Capital de Terceiro com a menor parcela.

Gráfico 4 - Média da Distribuição da Riqueza – Bradesco

Fonte: Elaboração própria

A partir do gráfico 4, percebe-se que assim como no Banco Itaú, o Bradesco tem a maior parcela da sua riqueza destinada para Capital Próprio (39%), Pessoal (38%), Governo (20%) e Capital de Terceiros (3%) se levarmos em consideração a média dos anos que foram analisados.

4.5 Santander

Em atividade no mercado local desde 1982, o Santander Brasil é o terceiro maior banco privado do País por ativos. A instituição está presente em todas as regiões do Brasil por meio de uma ampla estrutura, composta de agências, PABs (Postos de Atendimento Bancário) e máquinas de autoatendimento, além de escritórios regionais, centros de tecnologia e unidades culturais. A atuação do Santander Brasil se divide em duas grandes estruturas: o banco comercial, que reúne todas as atividades do varejo, como atendimento a pessoa física e pequenas e médias empresas, e o atacado, voltado às grandes empresas e operações no mercado de capitais. O modelo adotado no Brasil e nos demais países é o de subsidiária autônoma em capital e liquidez, em linha com as características de funcionamento e de regulação em cada mercado, de forma a segregar o risco entre as diferentes unidades (SANTANDER, 2021).

Observa-se na tabela 9, que, a partir do ano de 2016, e nos anos seguintes

(2017, 2018 e 2019) ocorreu um crescimento acumulado de 39,36%. No ano de 2017, comparando-se ao ano de referência (2016) houve um crescimento de 6,55% e em 2018, um crescimento de 20,88%. Em 2020, apesar da redução do valor adicionado em relação aos últimos dois anos, se comparado ao ano de referência ainda se têm um aumento de 18,24%.

Analisando as variações do Valor Adicionado, comparando com o ano imediatamente anterior, verificou-se que no ano de 2018 a instituição apresentou incremento de 13,45% considerando os valores correntes apresentados e em 2019 um aumento de 15,28%, porém no ano de 2020 teve um decréscimo em relação a 2019 de 15,15%, conforme tabela abaixo:

Tabela 9 – Evolução do Valor Adicionado Santander

Ano	Valor Adicionado ¹	Base 2016 (%)*	Ano Anterior(%)**
2016	R\$ 23.533.818,00	0,00%	
2017	R\$ 25.075.601,00	6,55%	6,55%
2018	R\$ 28.448.738,00	20,88%	13,45%
2019	R\$ 32.796.564,00	39,36%	15,28%
2020	R\$ 27.827.050,00	18,24%	-15,15%
Média	R\$ 27.536.354,20	17,01%	

Fonte: Elaboração própria

Valor Adicionado¹: Valor Corrente expresso em Milhares

(*) Variação dos valores referente ao ano Base 2016

(**) Variação dos valores referente ao ano imediatamente anterior

Desta forma, o valor da média da riqueza gerada foi menor que os anos de 2018, 2019 e 2020, sendo maior que os anos de 2016 e 2017.

Tabela 10 - Distribuição do Valor Adicionado- Santander

	2016		2017		2018		2019		2020	
	Valor	%								
Valor Adicionado a Distribuir	23.533,82	%	25.075,60	%	28.448,74	%	32.796,56	%	27.827,05	%
Pessoal	7.103,15	30,18	8.058,01	32,13	8.290,16	29,14	8.626,45	26,30	8.105,84	29,13
Governo	10.214,96	43,41	7.899,23	31,50	6.877,30	24,17	8.795,57	26,82	7.206,95	25,90
Capital de Terceiros	694,08	2,95	728,25	2,90	730,32	2,57	801,13	2,44	811,88	2,92
Capital Próprios	5.521,64	23,46	8.390,11	33,46	12.550,96	44,12	14.573,42	44,44	11.702,39	42,05

Fonte: Elaboração própria

Valor Adicionado¹: Valor em Milhões

Conforme tabela 10, verifica-se que no ano de 2016 o Governo foi o grupo que teve o maior percentual recebido, com 43,41%. Enquanto, os grupos de Pessoal e de Capital próprio receberam respectivamente 30,18% e 23,46% e por ultimo Capital de Terceiros com 2,95%.

Em 2017, o grupo de Capital Próprio que recebeu a maior parcela da riqueza gerada, com 33,46%, seguindo para o Pessoal com 32,13%, Governo com 31,50% e Capital de Terceiros com 2,90%, resultado este que permite observar um equilíbrio entre três de seus agentes.

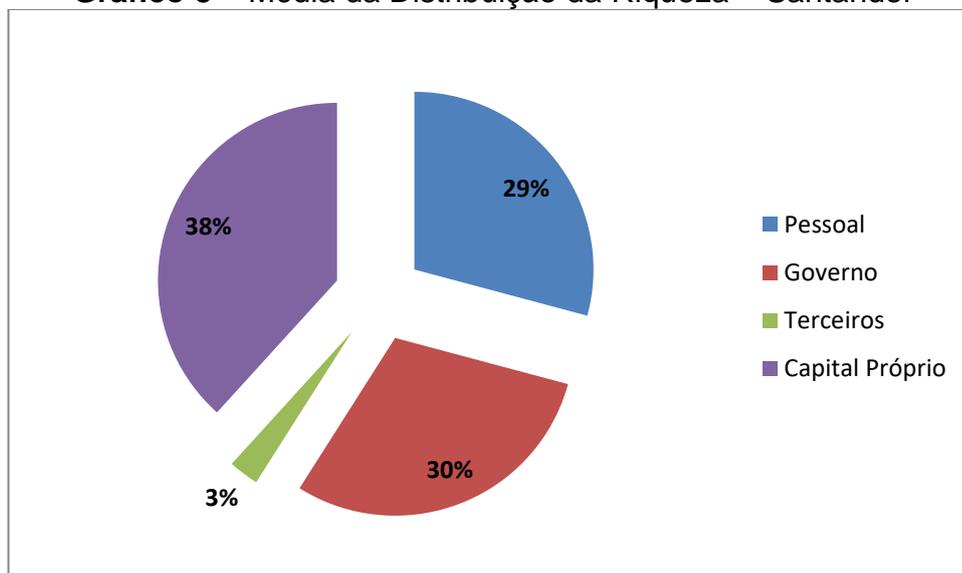
Em 2018, foram os acionistas os que mais se beneficiaram com a riqueza gerada pela instituição, rebendo um percentual de 44,12%. Os demais beneficiados foram os funcionários (29,14%), Governo (24,17%) e Capital de Terceiros (2,57%)

Verifica-se que no ano de 2019, os acionistas também receberam maior parte da riqueza (44,44%), porém observa-se também que neste ano, o Governo recebeu mais que o grupo de Pessoal, 26,82% e 26,30%, respectivamente. O grupo de Capital de Terceiros recebeu 2,44%.

Por fim, em 2020, a distribuição seguiu os mesmos parâmetros que no ano de 2018, sendo executada da seguinte maneira: Capital Próprio (42,05%), Pessoal (29,13%), Governo 25,90% e Capital de Terceiros (2,92%).

Observa-se ainda que nos últimos anos, os acionistas receberam a maior fatia da distribuição da riqueza do Santander, superando o patamar de 40% do total gerado.

Gráfico 5 – Média da Distribuição da Riqueza – Santander



Fonte: Elaboração própria

A partir do gráfico 5, percebe-se que, em média, durante os cinco anos, o Santander teve a maior parcela da sua riqueza destinada para Capital Próprio (38%), Pessoal (29%), Governo (30%) e Capital de Terceiros (3%).

4.6 Evolução do Valor Adicionado *versus* PIB

De acordo com tabela 11, comparando os valores correntes do PIB com os Valores Adicionados das instituições financeiras analisadas, verifica-se que durante o período de 2016 a 2020, houve uma redução do impacto das mesmas na composição do PIB. No entanto, percebe-se que nos anos de 2016 a 2019 essa redução não representa mais que 0,1% de variação, demonstrando assim uma lateralidade neste período. Já no ano de 2020, ano em que a economia foi impactada pela pandemia de Covid-19, as instituições apresentaram uma redução em relação ao PIB de 0,56%.

Quanto ao ano de 2020, tivemos uma situação atípica devido a pandemia e com isso de acordo com as notas explicativas, além da redução em operações de intermediação financeira nos bancos, também foram feitas provisões para as incertezas de cumprimento de contratos. Ou seja, foi lançado na conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) um percentual superior aos anos anteriores, com base no princípio da Prudência.

Analisando as taxas de crescimento dos Valores Adicionados durante o período analisado, verifica-se que a mesma apresentou crescimento nos anos de 2017 a 2019 e no ano de 2020 teve uma retração de 15,18%. Em comparação com a taxa de crescimento do PIB que não apresentou redução em nenhum desses anos.

Após o cálculo da média, observa-se que as cinco maiores instituições financeiras ainda possuem uma parcela significativa de 3,28% em relação ao PIB nacional.

Tabela 11- Evolução do PIB e VA

Ano	VA ¹	PIB	VA/PIB	Taxa de Crescimento Nominal do VA	Taxa de Crescimento Nominal do PIB
2016	R\$ 219.749,72	R\$ 6.269.000,00	3,51%		
2017	R\$ 224.808,47	R\$ 6.585.000,00	3,41%	2,30%	5,04%
2018	R\$ 237.951,08	R\$ 7.004.000,00	3,40%	5,85%	6,36%
2019	R\$ 243.876,46	R\$ 7.257.000,00	3,36%	2,49%	3,61%
2020	R\$ 206.847,67	R\$ 7.400.000,00	2,80%	-15,18%	1,97%

Fonte: Elaboração própria

Valor Adicionado¹: Valor em Milhões

Apesar da tabela acima identificar uma evolução dos valores correntes do PIB ao longo desses 5 anos, o PIB do Brasil, em 2020, caiu 4,1% se considerarmos valores reais da produção, sendo o pior resultado obtido pelo país desde 1990. Essa redução deve-se ao fato do PIB levar em consideração no seu cálculo os gastos das empresas do setor privado, investimentos, gastos dos governos e empresas públicas, exportações e importações (IBGE, 2021).

4.7 Comparativo entre as instituições analisadas: público x privado

Segundo Lerbarck (2019), existe uma diferença entre empresas públicas e privadas principalmente quanto aos seus objetivos principais. Enquanto as entidades privadas têm como foco o aumento dos lucros, a maximização de receitas e a minimização de custos, as estatais priorizam o seu papel social, por meio da realização de políticas públicas, o que pode gerar um sacrifício aos objetivos comerciais.

Ao analisar a distribuição das riquezas, percebeu-se que há uma diferença entre o grupo das instituições que possuem 100% de capital privado em comparação às que possuem participação do Governo. Desta forma, conforme tabela 12 abaixo, observou-se que nas instituições financeiras em que o governo possui participação no capital social superior a 50%, como é o caso do Banco do Brasil (sociedade de economia mista) e a Caixa Econômica (empresa pública), o grupo de Pessoal recebeu a maior parcela do Valor Adicionado. Enquanto as instituições financeiras privadas tiveram a maior parcela do Valor Adicionado destinado à remuneração de Capital Próprio. É importante ainda ressaltar que essas instituições privadas possuem capital aberto, ou seja, são negociadas na bolsa de valores.

Quanto à destinação para Capital de Terceiros, percebe-se uma semelhança entre as instituições. No que diz respeito a distribuição para o Governo, identifica-se que as instituições privadas tiveram patamares superiores a 20%, enquanto as instituições com participação pública ficaram com patamares inferiores as 20%.

Tabela 12- Média da Distribuição do Valor Adicionado

	Banco do Brasil	Caixa Econômica	Itaú	Bradesco	Santander
Valor Adicionado	100%	100%	100%	100%	100%
Pessoal	46,47%	50,12%	33,94%	38,04%	29,19%
Governo	18,89%	15,96%	29,29%	20,36%	29,77%
Capital de Terceiros	3,12%	3,72%	1,53%	2,57%	2,74%
Capital Próprio	31,52%	30,20%	35,24%	39,03%	38,30%

Fonte: Elaboração própria

5 CONCLUSÃO

Ao longo desse estudo constatou-se que a Demonstração do Valor Adicionado é um relatório que tem como finalidade apresentar a riqueza gerada por determinada entidade e como esse valor agregado foi distribuído entre seus agentes produtivos, assim como a parcela que não foi distribuída. Desta forma, esse demonstrativo representa um importante instrumento de análise social e econômica das instituições.

A presente pesquisa propôs-se a analisar as DVA's das cinco maiores instituições financeiras do Brasil nos períodos de 2016 a 2020, buscando compreender de que forma o valor adicionado apresenta-se nesses demonstrativos do setor. Cabe ainda salientar que todas as instituições e períodos analisados seguem as orientações dispostas no CPC 09 para sua elaboração, seguindo o modelo proposto pela legislação.

Através dos dados analisados observou-se que nessa amostra, as instituições financeiras privadas, distribuíram a maior parcela do valor adicionado para o grupo Capital Próprio (distribuição de lucros e dividendos e reserva de capital), enquanto, de forma diferente, nas instituições que possuem participação do governo, o grupo que maior recebeu a parcela foi o grupo Pessoal. Por meio dessa divergência, pode-se inferir que devido às entidades privadas serem de capital aberto há um maior comprometimento com os acionistas, enquanto as de capital público apresentam um caráter mais social.

Em todas as instituições analisadas, destaca-se que a menor parcela da riqueza gerada é destinada ao grupo Capital de Terceiros (menos de 4%), o que enfatiza uma pequena relevância aos aluguéis e arrendamentos. E que, apesar da maior parcela do valor adicionado gerado não ser destinado, em nenhuma das instituições, ao grupo governo, este percentual ainda se mostra significativo em algumas instituições.

Como destaque, observa-se que, nos últimos cinco anos, a Caixa Econômica Federal foi a instituição que apresentou o maior crescimento no valor adicionado, com um crescimento de 38,41%, quando comparado à 2016. Foi ainda a instituição que mais distribuiu valor aos seus empregados, com um percentual de distribuição acima de 40% em todos os anos.

Através desta pesquisa foi possível observar a contribuição das instituições

financeiras para a geração de riqueza no país, sendo destaque que, em 2020, a soma dos ativos totais dessas instituições foi maior que o PIB de 2019.

Este estudo apresenta algumas limitações, dentre elas a análise das cinco maiores instituições financeiras do Brasil. Outro ponto a destacar é a limitação temporal em que a pesquisa foi realizada, considerando apenas o lapso de 5 anos, o que pode apresentar uma distorção devido ao ano de 2020 ter sido um ano atípico. Segundo o *site* de uma das instituições financeiras analisadas, o atual momento de pandemia (desde março de 2020) provocou grandes impactos no ambiente econômico nacional. Uma das medidas, por exemplo, tomadas com o agravamento do risco de crédito e a possibilidade de que os clientes não conseguissem honrar seus contratos, foi o aumento na provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o que fez com que a riqueza gerada pela instituição financeira fosse ainda menor (Banco do Brasil, 2020).

Para pesquisas futuras, sugere-se que a análise das DVA's possa ser feitas em outros setores econômicos, com um grupo mais amplo de empresas ou ainda com um lapso temporal maior. Propõe-se ainda um comparativo entre setores econômicos ou entre categorias diferentes dentro do mesmo setor, com a inclusão de pequenos bancos, *startups* ou bancos digitais, por exemplo. Considerando o impacto da pandemia em 2020, torna-se interessante uma reflexão sobre o valor adicionado das empresas quando comparado aos anos anteriores, ou ainda que esses dados possam ser comparados no futuro após a estabilização da economia nacional como um todo. Outra análise que pode ser feita é a evidência dos fatores que influenciam a distribuição de riqueza desses setores, permitindo a visualização das parcelas com maior clareza para os seus agentes, assim como a influência do ambiente na qual a instituição está inserida.

REFERÊNCIAS

BONIATTI, Marcelo Manozzo. **Demonstração do Valor Adicionado–DVA**: análise da distribuição da riqueza das empresas que compõem o Índice Brasil 100 (IBRX 100) da Bolsa de Valores B3. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caixa Econômica Federal e outras caixas**.

Disponível em:

<<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/caixas.asp?idpai=SFNCOMP&frame=1>>.

Acesso em: 28 fev. 2021.

BANCO DO BRASIL. **Histórico da Instituição**. Disponível em:

<<https://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/ra/02.htm#:~:text=Fundado%20em%2012%20de%20outubro,hist%C3%B3ria%20e%20da%20cultura%20nacionais>>.

Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº. 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 05 fev. 2021.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **História**. Disponível

em:<<https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/Paginas/default.aspx>>.

Acesso em: 04 mar. 2021.

CARDOSO, Ricardo Lopes et al. Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS. **Revista de**

Administração Pública, v. 43, n. 4, p. 773-799, 2009.

CAVALHEIRO, Felipe Francisco. **Uma abordagem sobre a demonstração do valor adicionado e sua relação com o PIB**. Trabalho de Conclusão de Curso –

Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010. 28f.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC CPC 09**. Dispõe sobre a Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela

Deliberação CVM nº 557/08, de 30 de outubro de 2008. Disponível em:

<<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1)**. Dispõe sobre a Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela

Deliberação CVM nº 639/10, de 07 de outubro de 2010. Disponível em:

<<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em 10 jan. 2021.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Nota explicativa à Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008**. Ref. Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e altera as Instruções CVM nº 247, de 27 de março de 1996 e 331, de 4 de abril de 2000. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/snc/nota469.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

CORSI, Darci Pereira. **A importância da demonstração do valor adicionado como um instrumento para análise**: um estudo da DVA dos bancos. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração contábil do valor adicionado-DVA**: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários. 2002. 207 f. Tese de Doutorado. Mestrado em Controladoria e Contabilidade. Universidade de São Paulo. 2002.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 37, p. 7-23, 2005.

DE LUCA, M. M. M. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maísa de Souza; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FONTES FILHO, Joaquim Rubens; MARUCCI, José Carlos; DE OLIVEIRA, Mauro José. Governança cooperativa: participação e representatividade em cooperativas de crédito no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 4, p. 107-125, 2008.

FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. **Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado**: formação ou distribuição do valor adicionado?. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Contas Nacionais**, número 41. Produto interno bruto dos municípios. Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv67269.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

ITAU. **Sobre o Itaú**. Disponível em: <<https://www.italu.com.br/institucional/sobre-o-italu/#:~:text=nossa%20hist%C3%B3ria&text=O%20Unibanco%20nasceu%20primeiro%2C%20em,Se%20tornando%20banco%20depois.&text=O%20Ita%C3%BA%20chegou%2020%20anos,Alfredo%20Egydio%20de%20Souza%20Aranha.>> Acesso em: 04 mar. 2021.

LERBACK, Mirian de Freitas. **Análise comparativa sobre a distribuição da riqueza de bancos públicos e privados no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE). Universidade de Brasília, 2019. 42p.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 11 p.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 889 p.

NAGAI, Cristiane. **A demonstração do valor adicionado como instrumento de transparência nas entidades do terceiro setor**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PASSOS, A. G.; MACIEL, M. A. C.; DORIA, M. R.; OLIVEIRA, R. B.; RUSSO, S. L. Análise estatística da evolução do produto interno bruto da indústria da construção civil brasileira utilizando regressão linear simples. **Revista GEINTEC.**, São Cristóvão/SE, v. 2, n. 5, p. 505- 514, 2012.

PEREIRA, Fernanda Dalilal. **Uma análise da evolução do spread bancário no Brasil após a implantação do plano real**. 2007. Monografia de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina.

REIS, Carlos Nelson dos, e MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade Social nas Empresas e Balanço Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

SANTOS, A.; HASHIMOTO, H. Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre carga tributária. **RAUSP - Revista de Administração da Universidade de São Paulo – USP**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 153-164, abr./maio/jun., 2003.

SOUZA, B. A., OLIVEIRA, C. A. C., SANTANA, J. C. O. D., VIANA NETO, L. A. D. C., & SANTOS, D. D. G. Análise dos indicadores PIB nacional e PIB da indústria da construção civil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, 17(31), 2015.

SANTANDER. **Santander no Brasil**. Disponível em:<<https://www.santander.com.br/institucional-santander/santander-no-brasil.>> Acesso em: 04 mar. 2021.

SILVA, R. L., BRITO, I. M., ROSA, E. P., & MOREIRA, M. A. I. A Demonstração de valor adicionado como instrumento de distribuição de riqueza no setor bancário

brasileiro. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 9, p. 146-163, 2018.

SILVA, Laíza Selau da. **Demonstração do valor adicionado**: uma análise comparativa entre instituições bancárias participantes e não participantes do Índice Carbono Eficiente–ICO2. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Ciências Contábeis. 2017.

ANEXOS

Anexo A – DVA Modelo I CFC – Empresas em geral.

Código	Descrição da conta contábil
1	Receitas
1.1	Vendas de mercadorias, produtos e serviços.
1.2	Outras receitas
1.3	Receitas relativas à construção de ativos próprios
1.4	Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)
2	Insumos Adquiridos De Terceiros
2.1	Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos.
2.2	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.
2.3	Perda / Recuperação de valores ativos
2.4	Outras (especificar)
3	Valor Adicionado Bruto (1-2)
4	Depreciação, Amortização E Exaustão.
5	Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)
6	Valor Adicionado Recebido Em Transferência
6.1	Resultado de equivalência patrimonial
6.2	Receitas financeiras
6.3	Outras
7	Valor Adicionado Total A Distribuir (5+6)
8	Distribuição Do Valor Adicionado (*)
8.1	Pessoal
8.1.1	Remuneração direta
8.1.2	Benefícios
8.1.3	F.G.T. S
8.2	Impostos, taxas e contribuições.
8.2.1	Federais
8.2.2	Estaduais
8.2.3	Municipais
8.3	Remuneração de capitais de terceiros
8.3.1	Juros
8.3.2	Aluguéis
8.3.3	Outras
8.4	Remuneração de capitais próprios
8.4.1	Juros sobre o capital próprio
8.4.2	Dividendos
8.4.3	Lucros retidos / Prejuízo do exercício
8.4.4	Participação dos não controladores nos lucros retidos

Fonte: CFC

Anexo B – DVA Modelo Bm&f BOVESPA - Empresas em Geral.

Código	Rubricas contábeis
7.01	Receitas
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços.
7.01.02	Outras Receitas
7.01.03	Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios
7.01.04	Provisão/Reversão de Créditos Liquidação Duvidosa
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros
7.02.01	Custos dos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos.
7.02.02	Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros.
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos
7.02.04	Outros
7.03	Valor Adicionado Bruto
7.04	Retenções
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão.
7.04.02	Outras
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido
7.06	Valor Adicionado Recebido em Transferência
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial
7.06.02	Receitas Financeiras
7.06.03	Outros
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir
7.08	Distribuição do Valor Adicionado
7.08.01	Pessoal
7.08.01.01	Remuneração Direta
7.08.01.02	Benefícios
7.08.01.03	F.G.T.S.
7.08.01.04	Outros
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições.
7.08.02.01	Federais
7.08.02.02	Estaduais
7.08.02.03	Municipais
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros
7.08.03.01	Juros
7.08.03.02	Aluguéis
7.08.03.03	Outras
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio
7.08.04.02	Dividendos
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período
7.08.04.04	Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos.
7.08.05	Outros

Fonte: Bm&f Bovespa.

Anexo C - Demonstração do Valor Adicionado – BB I

	Nota	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
		2º Semestre/2020		Exercício/2020		Exercício/2019		2º Semestre/2020		Exercício/2020		Exercício/2019	
Receitas		37.056.775		108.266.628		113.368.280		41.871.275		117.137.526		125.746.503	
Receitas da intermediação financeira		44.613.665		121.738.381		128.406.187		45.239.307		122.337.424		128.633.575	
Receitas de prestação de serviços		9.669.903		19.230.759		19.900.857		14.669.514		28.701.888		29.208.671	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(13.314.931)		(25.919.228)		(22.530.428)		(13.416.019)		(26.077.431)		(22.469.862)	
Ganhos de capital		8.015		13.236		14.751		130.490		246.493		3.773.767	
Outras receitas/(despesas)		(3.919.877)		(6.796.520)		(12.423.087)		(4.752.017)		(8.070.848)		(13.399.648)	
Despesas da Intermediação Financeira		(15.735.902)		(74.817.208)		(78.114.163)		(14.547.328)		(66.478.724)		(73.626.522)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(3.806.461)		(7.501.150)		(7.605.135)		(3.762.980)		(7.403.982)		(7.469.530)	
Materiais, água, energia e gás	26	(243.563)		(524.198)		(579.747)		(260.049)		(551.818)		(607.694)	
Serviços de terceiros	26	(467.634)		(877.477)		(833.612)		(521.696)		(973.115)		(901.512)	
Comunicações	26	(317.223)		(653.945)		(698.899)		(347.281)		(714.701)		(751.168)	
Processamento de dados	26	(420.154)		(811.600)		(795.863)		(233.661)		(458.260)		(455.291)	
Transporte	26	(323.979)		(768.092)		(788.172)		(355.605)		(827.139)		(855.536)	
Serviços de vigilância e segurança	26	(575.933)		(1.131.762)		(1.127.160)		(592.725)		(1.163.425)		(1.153.134)	
Serviços do sistema financeiro	26	(465.469)		(836.279)		(755.848)		(508.732)		(926.286)		(833.998)	
Propaganda e publicidade	26	(254.896)		(432.413)		(475.389)		(260.892)		(442.826)		(498.182)	
Manutenção e conservação de bens	26	(482.323)		(961.089)		(976.949)		(369.345)		(737.076)		(734.209)	
Outras		(255.287)		(504.295)		(573.496)		(312.994)		(609.336)		(678.806)	
Valor Adicionado Bruto		17.514.412		25.948.270		27.648.982		23.560.967		43.254.820		44.650.451	
Despesas de amortização/depreciação	26	(1.593.267)		(3.096.198)		(2.825.398)		(1.624.837)		(3.155.206)		(3.036.181)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		15.921.145		22.852.072		24.823.584		21.936.130		40.099.614		41.614.270	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		3.545.530		12.191.532		10.540.219		1.721.159		3.110.401		4.048.925	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		3.545.530		12.191.532		10.540.219		1.721.159		3.110.401		4.048.925	
Valor Adicionado a Distribuir		19.466.675		100,00%		35.043.604		100,00%		35.363.803		100,00%	
Valor Adicionado Distribuído		19.466.675		100,00%		35.043.604		100,00%		35.363.803		100,00%	
Pessoal		10.392.702		53,39%		20.024.149		57,14%		21.888.274		61,90%	
Salários e honorários		6.335.281		12.040.962		13.457.697		6.907.928		13.146.641		14.408.417	

Anexo C - Demonstração do Valor Adicionado – BB I

	Nota	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
		2º Semestre/2020		Exercício/2020		Exercício/2019		2º Semestre/2020		Exercício/2020		Exercício/2019	
Participação de empregados e administradores no lucro		736.816		1.562.340		2.329.713		739.389		1.568.571		2.337.743	
Benefícios e treinamentos		1.645.227		3.364.363		3.659.832		1.724.784		3.517.493		3.797.433	
FGTS		375.765		729.769		750.901		387.109		755.015		776.782	
Outros encargos		1.299.613		2.326.715		1.690.131		1.386.568		2.492.490		1.822.468	
Impostos, Taxas e Contribuições		2.270.414	11,66%	1.229.127	3,51%	(5.706.735)	(16,15)%	4.738.298	20,03%	6.100.184	14,12%	534.751	1,17%
Federais		1.721.938		153.876		(6.798.711)		3.873.725		4.423.787		(1.164.961)	
Estaduais		299		737		1.104		299		737		1.104	
Municipais		548.177		1.074.514		1.090.872		864.274		1.675.660		1.698.608	
Remuneração de Capitais de Terceiros		639.262	3,28%	1.278.173	3,65%	1.282.915	3,63%	678.750	2,87%	1.355.714	3,14%	1.341.667	2,94%
Aluguéis	26	639.262		1.278.173		1.282.915		678.750		1.355.714		1.341.667	
Remuneração de Capitais Próprios		6.164.297	31,67%	12.512.155	35,70%	17.899.349	50,62%	7.094.463	29,99%	14.273.907	33,03%	20.643.934	45,21%
Juros sobre capital próprio da União		1.211.363		2.098.445		3.415.107		1.211.363		2.098.445		3.415.107	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		1.211.363		2.098.444		3.317.434		1.211.363		2.098.444		3.317.434	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--		--		--		78.582		121.321		234.618	
Lucro retido		3.741.571		8.315.266		11.166.808		3.782.648		8.379.175		11.194.908	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--		--		--		810.507		1.576.522		2.481.867	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo D - Demonstração do Valor Adicionado – BB II

	Nota	2º Semestre/2018	Exercício/2018		Exercício/2017		
Receitas		65.338.409		137.186.611		139.188.093	
Receitas de intermediação financeira		62.575.962		134.487.863		142.438.857	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		14.068.941		27.414.692		25.941.416	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9.947.016)		(20.728.553)		(25.699.168)	
Ganhos de capital	22	891.186		995.372		671.731	
Outras receitas/(despesas)		(2.250.664)		(4.982.763)		(4.164.743)	
Despesas da Intermediação Financeira		(35.523.155)		(82.244.882)		(85.121.696)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(3.873.616)		(7.545.102)		(7.807.612)	
Materiais, água, energia e gás	21.c	(303.434)		(613.024)		(604.431)	
Serviços de terceiros	21.c	(456.939)		(896.372)		(856.294)	
Comunicações	21.c	(425.307)		(862.758)		(1.034.617)	
Processamento de dados	21.c	(180.645)		(383.669)		(321.245)	
Transporte	21.c	(496.683)		(984.001)		(1.114.216)	
Serviços de vigilância e segurança	21.c	(598.463)		(1.169.188)		(1.244.514)	
Serviços do sistema financeiro	21.c	(372.320)		(744.726)		(744.457)	
Propaganda e publicidade	21.c	(250.987)		(420.855)		(394.553)	
Manutenção e conservação de bens	21.c	(376.482)		(715.937)		(706.984)	
Outras		(412.356)		(754.572)		(786.301)	
Valor Adicionado Bruto		25.941.638		47.396.627		46.258.785	
Despesas de amortização/depreciação	21.c	(1.586.231)		(3.157.991)		(4.456.598)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		24.355.407		44.238.636		41.802.187	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		1.649.477		3.741.668		3.962.261	
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto		1.649.477		3.741.668		3.962.261	
Valor Adicionado a Distribuir		26.004.884	100,00%	47.980.304	100,00%	45.764.448	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		26.004.884	100,00%	47.980.304	100,00%	45.764.448	100,00%
Pessoal		10.223.896	39,32%	20.015.992	41,72%	19.495.827	42,60%
Salários e honorários		6.580.867		12.792.812		12.633.072	
Participação de empregados e administradores no lucro		890.797		1.638.453		1.422.159	
Benefícios e treinamentos		1.612.401		3.201.469		3.163.477	
FGTS		390.688		765.326		760.173	
Outros encargos		749.143		1.617.932		1.516.946	
Impostos, Taxas e Contribuições		7.477.124	28,75%	12.342.587	25,72%	12.040.525	26,31%
Federais		6.639.750		10.678.502		10.474.329	
Estaduais		344		1.042		1.002	
Municipais		837.030		1.663.043		1.565.194	
Remuneração de Capitais de Terceiros		694.882	2,67%	1.363.850	2,84%	1.567.286	3,42%
Aluguéis	21.c	694.882		1.363.850		1.567.286	
Remuneração de Capitais Próprios	23.g	7.608.982	29,26%	14.257.875	29,72%	12.660.810	27,67%
Juros sobre capital próprio da União		1.714.743		2.618.355		1.715.555	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		1.665.699		2.543.467		1.513.398	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		152.933		255.752		97.343	
Lucro retido		3.444.831		7.444.452		7.684.480	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		630.776		1.395.849		1.650.034	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo E - Demonstração do valor Adicionado – BB III

	Nota	2º Semestre/2016		Exercício/2016		Exercício/2015	
Receitas		91.051.435		160.317.361		181.966.312	
Receitas de intermediação financeira		94.917.256		167.305.078		181.332.178	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		12.383.160		24.003.921		22.360.619	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.462.318)		(28.649.755)		(25.775.635)	
Ganhos de capital	22	104.691		210.934		5.960.415	
Outras receitas/(despesas)		(1.891.354)		(2.552.817)		(1.911.265)	
Despesas da Intermediação Financeira		(64.776.138)		(106.728.131)		(133.511.351)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(4.690.911)		(9.083.868)		(9.003.478)	
Materiais, água, energia e gás	21.c	(297.231)		(651.886)		(638.433)	
Serviços de terceiros	21.c	(718.612)		(1.469.457)		(1.579.014)	
Comunicações	21.c	(590.984)		(1.170.401)		(1.182.062)	
Processamento de dados	21.c	(450.835)		(844.887)		(738.378)	
Transporte	21.c	(586.025)		(1.133.525)		(1.184.132)	
Serviços de vigilância e segurança	21.c	(675.145)		(1.237.307)		(1.118.821)	
Serviços do sistema financeiro	21.c	(393.891)		(787.540)		(722.374)	
Propaganda e publicidade	21.c	(193.137)		(319.110)		(379.666)	
Outras		(785.051)		(1.469.755)		(1.460.598)	
Valor Adicionado Bruto		21.584.386		44.505.362		39.451.483	
Despesas de amortização/de preciação	21.c	(2.220.473)		(4.459.212)		(4.382.287)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		19.363.913		40.046.150		35.069.196	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		2.180.340		4.295.548		4.367.566	
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto		2.180.340		4.295.548		4.367.566	
Valor Adicionado a Distribuir		21.544.253	100,00%	44.341.698	100,00%	39.436.762	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		21.544.253	100,00%	44.341.698	100,00%	39.436.762	100,00%
Pessoal		11.411.424	52,97%	21.339.572	48,13%	19.994.447	50,70%
Salários e honorários		8.337.064		14.842.936		13.058.966	
Participação de empregados e administradores no lucro		388.859		1.015.628		1.827.985	
Benefícios e treinamentos		1.516.905		2.921.609		2.708.403	
FGTS		406.071		791.201		749.271	
Outros encargos		762.525		1.768.198		1.649.822	
Impostos, Taxas e Contribuições		5.313.165	24,66%	11.851.046	26,73%	1.993.270	5,05%

Federais		4.584.533		10.443.806		676.135	
Estaduais		525		941		832	
Municipais		728.107		1.406.299		1.316.303	
Remuneração de Capitais de Terceiros		762.254	3,54%	1.442.485	3,25%	1.307.502	3,32%
Aluguéis	21.c	762.254		1.442.485		1.307.502	
Remuneração de Capitais Próprios	23.g	4.057.410	18,83%	9.708.595	21,89%	16.141.543	40,93%
Juros sobre capital próprio da União		513.113		1.280.680		2.569.299	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		430.276		1.073.927		1.875.940	
Dividendos da União		--		--		752.961	
Dividendos de outros acionistas		--		--		547.546	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		29.325		75.552		255.877	
Lucro retido		2.236.743		5.603.397		8.397.936	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		847.953		1.675.039		1.741.984	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo F - Demonstração do valor adicionado – BRADESCO I

Demonstrações Contábeis Consolidadas
Demonstração do Valor Adicionado

Descrição	2º semestre	%	2020	%	2019	%
1 – Receitas	51.174.247	178,0	94.974.631	300,8	111.016.407	243,0
1.1) Intermediação Financeira	52.768.271	183,6	99.814.859	316,1	116.292.083	254,5
1.2) Prestação de Serviços	13.325.988	46,4	26.231.909	83,1	26.951.205	59,0
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.677.365)	(33,7)	(25.164.015)	(79,7)	(18.720.532)	(41,0)
1.4) Outras	(5.242.647)	(18,2)	(5.908.122)	(18,7)	(13.506.349)	(29,6)
2 – Despesas de Intermediação Financeira	(12.312.896)	(42,8)	(43.171.092)	(136,7)	(44.522.845)	(97,5)
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros	(7.564.040)	(26,3)	(14.927.234)	(47,3)	(16.061.050)	(35,2)
Serviços de Terceiros	(2.566.707)	(8,9)	(4.948.258)	(15,7)	(4.995.465)	(10,9)
Processamento de Dados	(1.093.885)	(3,8)	(2.150.048)	(6,8)	(2.145.226)	(4,7)
Comunicação	(656.587)	(2,3)	(1.333.127)	(4,2)	(1.570.224)	(3,4)
Manutenção e Conservação de Bens	(666.329)	(2,3)	(1.299.441)	(4,1)	(1.231.596)	(2,7)
Serviços do Sistema Financeiro	(574.242)	(2,0)	(1.119.697)	(3,5)	(1.135.964)	(2,5)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(589.929)	(2,1)	(1.052.083)	(3,3)	(1.300.468)	(2,8)
Segurança e Vigilância	(327.380)	(1,1)	(698.206)	(2,2)	(744.036)	(1,6)
Transporte	(313.296)	(1,1)	(651.238)	(2,1)	(773.208)	(1,7)
Materiais, Água, Energia e Gás	(238.734)	(0,8)	(512.427)	(1,6)	(631.975)	(1,4)
Viagens	(12.958)	-	(77.433)	(0,2)	(302.170)	(0,7)
Outras	(523.993)	(1,8)	(1.085.276)	(3,4)	(1.230.718)	(2,7)
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	31.297.311	108,9	36.876.305	116,8	50.432.512	110,4
5 – Depreciação e Amortização	(3.082.766)	(10,7)	(6.052.304)	(19,2)	(5.948.634)	(13,0)
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	28.214.545	98,2	30.824.001	97,6	44.483.878	97,4
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	529.790	1,8	749.312	2,4	1.203.531	2,6
Resultado de Participações em Coligadas e de Controle Compartilhado	529.790	1,8	749.312	2,4	1.203.531	2,6
8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	28.744.335	100,0	31.573.313	100	45.687.409	100
9 – Distribuir Valor Adicionado	28.744.335	100,0	31.573.313	100,0	45.687.409	100,0
9.1) Pessoal	8.426.804	29,3	16.732.063	53,0	18.985.475	41,6
Proventos	4.659.603	16,2	9.475.900	30,0	10.024.710	21,9
Benefícios	2.317.253	8,1	4.659.876	14,8	5.911.496	12,9
FGTS	581.304	2,0	975.480	3,1	1.055.693	2,3
Outros	868.644	3,0	1.620.807	5,1	1.993.576	4,4
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	9.935.116	34,6	(3.174.888)	(10,1)	2.718.368	5,9
Federais	9.290.395	32,3	(4.489.734)	(14,2)	1.287.339	2,8
Estaduais	6.973	-	10.057	-	15.898	-
Municipais	637.748	2,2	1.304.789	4,1	1.415.131	3,1
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	626.356	2,2	1.272.462	4,0	1.249.866	2,7
Aluguéis	621.222	2,2	1.266.517	4,0	1.248.221	2,7
Arrendamento de Bens	5.134	-	5.945	-	1.645	-
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	9.756.059	33,9	16.743.676	53,0	22.733.700	49,8
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos e/ou Provisionados	3.238.417	11,3	5.547.971	17,6	7.863.776	17,2
Lucros Retidos	6.420.019	22,3	10.998.606	34,8	14.718.839	32,2
Participação dos Minoritários nos Lucros Retidos	97.623	0,3	197.099	0,6	151.085	0,3

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Demonstrações Contábeis Consolidadas, Relatório dos Auditores Independentes, Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e Parecer do Conselho Fiscal

Demonstração do Valor Adicionado Consolidado Acumulado em 31 de Dezembro – Em Reais mil

Descrição	2018	%	2017	%
1 – Receitas	131.005.274	260,3	147.288.425	305,9
1.1) Intermediação Financeira	125.611.761	249,6	148.262.127	307,9
1.2) Prestação de Serviços	25.219.997	50,1	24.027.966	49,9
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.225.479)	(36,2)	(25.084.259)	(52,1)
1.4) Outras	(1.601.005)	(3,2)	82.591	0,2
2 – Despesas de Intermediação Financeira	(60.778.542)	(120,8)	(79.057.036)	(164,2)
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros	(15.497.842)	(30,8)	(15.519.966)	(32,2)
Serviços de Terceiros	(4.776.441)	(9,5)	(4.794.580)	(10,0)
Processamento de Dados	(2.398.676)	(4,8)	(2.275.251)	(4,7)
Comunicação	(1.541.742)	(3,1)	(1.684.153)	(3,5)
Manutenção e Conservação de Bens	(1.112.508)	(2,2)	(1.158.840)	(2,4)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.009.209)	(2,0)	(1.033.017)	(2,1)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.136.062)	(2,3)	(942.851)	(2,0)
Segurança e Vigilância	(748.577)	(1,5)	(818.221)	(1,7)
Transporte	(749.685)	(1,5)	(782.444)	(1,6)
Materiais, Água, Energia e Gás	(629.557)	(1,3)	(669.042)	(1,4)
Viagens	(286.731)	(0,6)	(261.911)	(0,5)
Outras	(1.108.654)	(2,2)	(1.099.656)	(2,3)
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	54.728.890	108,8	52.711.423	109,5
5 – Depreciação e Amortização	(6.027.267)	(12,0)	(6.068.631)	(12,6)
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	48.701.623	96,8	46.642.792	96,9
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.618.817	3,2	1.505.270	3,1
Resultado de Participações em Coligadas e de Controle Compartilhado	1.618.817	3,2	1.505.270	3,1
8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	50.320.440	100,0	48.148.062	100,0
9 – Distribuir Valor Adicionado	50.320.440	100,0	48.148.062	100,0
9.1) Pessoal	16.896.508	33,6	18.760.255	39,0
Proventos	8.610.066	17,1	9.264.618	19,2
Benefícios	4.383.644	8,7	5.430.419	11,3
FGTS	763.330	1,5	1.302.270	2,7
Outros	3.139.468	6,2	2.762.948	5,7
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	13.028.644	25,9	13.354.732	27,7
Federais	11.773.942	23,4	12.411.498	25,8
Estaduais	8.556	-	11.744	-
Municipais	1.246.146	2,5	931.490	1,9
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	1.145.478	2,3	1.148.263	2,4
Aluguéis	1.142.408	2,3	1.142.166	2,4
Arrendamento de Bens	3.070	-	6.097	-
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	19.249.810	38,3	14.884.812	30,9
Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	7.298.596	14,5	7.204.344	15,0
Lucros Retidos	11.786.357	23,4	7.453.411	15,5
Participação dos Minoritários nos Lucros Retidos	164.857	0,3	227.057	0,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Demonstração do Valor Adicionado Consolidado Acumulado em 31 de Dezembro – Em Reais mil

Descrição	2016	%	2015	%
1 – Receitas	153.990.275	297,2	128.844.301	442,1
1.1) Intermediação Financeira	162.203.853	313,1	133.188.251	457,0
1.2) Prestação de Serviços	21.577.407	41,7	19.300.970	66,2
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.166.364)	(46,7)	(20.611.491)	(70,7)
1.4) Outras	(5.624.621)	(10,9)	(3.033.429)	(10,4)
2 – Despesas de Intermediação Financeira	(84.699.782)	(163,5)	(85.432.625)	(293,2)
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros	(14.917.783)	(28,7)	(12.640.778)	(43,3)
Serviços de terceiros	(5.034.120)	(9,7)	(4.302.276)	(14,8)
Comunicação	(1.653.055)	(3,2)	(1.427.682)	(4,9)
Processamento de dados	(1.612.454)	(3,1)	(1.219.706)	(4,2)
Propaganda, promoções e publicidade	(1.124.659)	(2,2)	(966.625)	(3,3)
Manutenção e conservação de bens	(1.060.856)	(2,0)	(925.931)	(3,2)
Serviços do sistema financeiro	(1.047.654)	(2,0)	(873.664)	(3,0)
Segurança e vigilância	(736.547)	(1,4)	(606.292)	(2,1)
Transporte	(719.842)	(1,4)	(631.082)	(2,2)
Materiais, água, energia e gás	(705.578)	(1,4)	(654.401)	(2,2)
Viagens	(174.772)	(0,3)	(157.723)	(0,5)
Outras	(1.048.246)	(2,0)	(875.396)	(2,9)
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	54.372.710	105,0	30.770.898	105,6
5 – Depreciação e Amortização	(4.236.273)	(8,2)	(3.114.403)	(10,7)
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	50.136.437	96,8	27.656.495	94,9
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.665.170	3,2	1.485.880	5,1
Resultado de participações em coligadas e de controle compartilhado	1.665.170	3,2	1.485.880	5,1
8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	51.801.607	100,0	29.142.375	100,0
9 – Distribuir Valor Adicionado	51.801.607	100,0	29.142.375	100,0
9.1) Pessoal	15.177.419	29,3	12.497.334	42,9
Proventos	8.322.222	16,1	6.448.507	22,1
Benefícios	3.660.775	7,1	3.028.181	10,4
FGTS	797.810	1,5	602.169	2,1
Outros	2.396.612	4,6	2.418.477	8,3
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	20.400.047	39,3	(1.559.763)	(5,4)
Federais	19.593.727	37,8	(2.289.132)	(7,9)
Estaduais	11.716	-	46.444	0,2
Municipais	794.604	1,5	682.925	2,3
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	1.039.202	2,0	908.906	3,1
Aluguéis	1.027.561	2,0	887.393	3,0
Arrendamento de bens	11.641	-	21.513	0,1
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	15.184.939	29,4	17.295.898	59,4
Juros sobre o capital próprio/dividendos pagos e/ou provisionados	6.975.782	13,5	6.034.964	20,7
Lucros retidos	8.107.796	15,7	11.154.671	38,3
Participação dos minoritários nos lucros retidos	101.361	0,2	106.263	0,4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Relatório da
AdministraçãoRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Declarações dos
Diretores

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração do Valor Adicionado

	Notas Explicativas	Banco						Consolidado			
		01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019				
Receitas da Intermediação Financeira		25.197.617	99.165.058	74.721.192	29.424.800	108.988.273	82.740.412				
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	23	7.469.042	14.126.335	14.668.997	9.879.625	18.463.970	18.684.452				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(4.559.041)	(13.216.424)	(13.431.661)	(6.113.570)	(16.476.171)	(16.066.253)				
Outras Receitas e Despesas		(16.097.563)	(4.969.816)	(6.949.541)	(17.612.083)	(6.870.197)	(8.353.704)				
Despesas da Intermediação Financeira		(1.004.191)	(69.957.729)	(36.664.696)	(1.728.277)	(71.274.781)	(35.693.489)				
Insumos de Terceiros		4.062.007	434.939	(4.841.695)	2.256.080	(1.961.251)	(5.780.462)				
Material, Energia e Outros		(114.394)	(253.865)	(255.961)	(123.411)	(269.900)	(269.660)				
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	25	(1.184.767)	(2.067.985)	(1.951.254)	(1.451.146)	(2.623.065)	(2.483.282)				
Avaliação do Valor Recuperável		(3.489)	(3.489)	(110.466)	(3.489)	(3.489)	(110.466)				
Outros		5.364.657	2.760.278	(2.524.014)	3.834.126	935.203	(2.917.054)				
Valor Adicionado Bruto		15.067.871	25.582.363	27.502.596	16.106.575	30.869.843	35.530.956				
Retenções											
Depreciações e Amortizações	25	(1.384.414)	(2.641.934)	(2.217.366)	(1.582.497)	(3.094.511)	(2.778.756)				
Valor Adicionado Líquido Produzido		13.683.457	22.940.429	25.285.230	14.524.078	27.775.332	32.752.200				
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	1.184.901	3.007.124	2.724.415	42.170	51.718	44.364				
Valor Adicionado Total a Distribuir		14.868.358	25.947.553	28.009.645	14.566.248	27.827.050	32.796.564				
Distribuição do Valor Adicionado											
Pessoal		3.478.541	7.093.344	27,3%	7.619.942	27,2%	4.000.186	8.105.835	29,1%	8.626.450	26,3%
Remuneração	24	1.796.332	3.623.045		3.978.454		2.036.288	4.102.940		4.438.158	
Benefícios	24	612.561	1.243.870		1.351.522		703.976	1.428.339		1.537.821	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		170.351	315.165		430.344		207.543	383.024		504.626	
Outras		899.297	1.911.264		1.859.622		1.052.379	2.191.532		2.145.845	
Impostos, Taxas e Contribuições		2.877.379	4.003.628	15,4%	5.523.566	19,7%	4.347.455	7.206.954	25,9%	8.795.568	26,8%
Federais		2.513.786	3.312.646		4.900.468		3.885.391	6.334.980		7.707.230	
Estaduais		401	567		855		672	907		993	
Municipais		363.192	690.415		622.243		461.392	871.067		1.087.345	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	25	399.168	794.433	3,1%	777.648	2,8%	407.738	811.875	2,9%	801.130	2,4%
Remuneração de Capitais Próprios		8.113.270	14.056.148	54,2%	14.088.489	50,2%	5.810.869	11.702.386	42,1%	14.573.416	44,4%
Dividendos	21.b	512.087	512.087		6.790.000		512.087	512.087		6.790.000	
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	2.435.000	3.325.000		4.010.000		2.435.000	3.325.000		4.010.000	
Reinvestimentos de Lucros		5.166.183	10.219.061		3.288.489		2.924.129	7.998.686		4.165.845	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	21.f	-	-		-		(60.347)	(133.387)		(392.429)	
Total		14.868.358	25.947.553	100,0%	28.009.645	99,9%	14.566.248	27.827.050	100,0%	32.796.564	99,9%


BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	Banco				Consolidado			
		01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017				
Receitas da Intermediação Financeira		68.777.587	73.926.572	77.380.980	76.310.782				
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	27	13.522.010	12.261.328	17.268.663	15.610.759				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(10.605.611)	(10.135.143)	(12.684.362)	(11.778.801)				
Outras Receitas e Despesas		(1.173.839)	(4.302.296)	(3.117.384)	(6.183.288)				
Despesas da Intermediação Financeira		(39.269.556)	(42.251.725)	(39.661.996)	(37.584.879)				
Insumos de Terceiros		(7.251.461)	(6.674.255)	(8.215.864)	(7.720.614)				
Material, Energia e Outros		(250.930)	(237.707)	(259.315)	(245.210)				
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	29	(1.863.132)	(1.792.808)	(2.307.222)	(2.186.892)				
Avaliação do Valor Recuperável	32	(341.006)	(327.884)	(341.006)	(327.884)				
Outros		(4.796.393)	(4.315.856)	(5.308.321)	(4.960.628)				
Valor Adicionado Bruto		23.999.130	22.824.481	30.970.037	28.653.959				
Retenções									
Depreciações e Amortizações	29	(2.008.195)	(3.097.232)	(2.540.211)	(3.603.637)				
Valor Adicionado Líquido Produzido		21.990.935	19.727.249	28.429.826	25.050.322				
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	2.610.560	2.076.992	18.912	25.279				
Valor Adicionado Total a Distribuir		24.601.495	21.804.241	28.448.738	25.075.601				
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		7.537.255	30,6%	7.431.769	34,1%	8.290.158	29,1%	8.058.009	32,1%
Remuneração	28	4.034.284		4.131.010		4.449.725		4.535.505	
Benefícios	28	1.304.875		1.282.067		1.436.272		1.383.505	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		394.537		381.312		450.808		415.726	
Outras		1.803.559		1.637.380		1.953.353		1.723.273	
Impostos, Taxas e Contribuições		4.188.622	17,0%	5.666.371	26,0%	6.877.299	24,2%	7.899.230	31,5%
Federais		3.471.911		5.110.779		5.948.445		7.242.554	
Estaduais		913		945		1.057		1.260	
Municipais		715.798		554.647		927.797		655.416	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	29	709.224	2,9%	710.229	3,3%	730.324	2,6%	728.251	2,9%
Remuneração de Capitais Próprios		12.166.394	49,5%	7.995.872	36,6%	12.550.957	44,1%	8.390.111	33,5%
Dividendos	24.b	2.520.000		2.500.000		2.520.000		2.500.000	
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	4.080.000		3.800.000		4.080.000		3.800.000	
Reinvestimentos de Lucros		5.566.394		1.695.872		6.335.769		2.483.645	
Resultado das Participações dos Acionistas									
Minoritários	24.f	-		-		(384.812)		(393.534)	
Total		24.601.495	100,0%	21.804.241	100,0%	28.448.738	100,0%	25.075.601	100,0%

 **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco				Consolidado			
		01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2015			
Receitas da Intermediação Financeira		90.968.893	82.686.192	85.909.559		80.766.166			
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas									
Bancárias	27	11.308.504	10.237.382	13.718.252		11.867.441			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(11.616.348)	(13.510.435)	(13.239.781)		(14.772.981)			
Outras Receitas e Despesas		(3.456.215)	12.875.730	(4.206.498)		13.591.957			
Despesas da Intermediação Financeira		(56.040.925)	(65.926.770)	(45.871.960)		(59.956.057)			
Insumos de Terceiros		(5.877.888)	(6.957.748)	(6.934.353)		(7.813.746)			
Material, Energia e Outros		(264.138)	(283.165)	(274.651)		(292.592)			
Serviços de Terceiros	29	(1.808.057)	(1.854.932)	(2.179.100)		(2.177.667)			
Avaliação do Valor Recuperável	32	(142)	(1.184.881)	(147)		(1.186.434)			
Outros		(3.805.551)	(3.634.770)	(4.480.455)		(4.157.053)			
Valor Adicionado Bruto		25.286.021	19.404.351	29.375.219		23.682.780			
Retenções									
Depreciações e Amortizações	29	(3.170.728)	(4.325.941)	(3.626.805)		(4.673.817)			
Valor Adicionado Líquido Produzido		22.115.293	15.078.410	25.748.414		19.008.963			
Valor Adicionado Recebido em Transferência									
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	1.418.525	1.453.252	1.477		1.505			
Valor Adicionado Total a Distribuir		23.533.818	16.531.662	25.749.891		19.010.468			
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		7.103.148	30,2%	6.443.552	38,9%	7.784.119	30,2%	7.095.572	37,4%
Remuneração	28	4.019.028		3.372.864		4.445.079		3.784.553	
Benefícios	28	1.354.269		1.216.373		1.467.289		1.324.495	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		319.540		362.026		359.557		397.372	
Outras		1.410.311		1.492.289		1.512.194		1.589.152	
Impostos, Taxas e Contribuições		10.214.958	43,4%	2.427.385	14,8%	11.560.020	44,9%	4.000.428	21,0%
Federais		9.721.225		1.986.808		10.983.045		3.485.967	
Estaduais		627		524		717		896	
Municipais		493.106		440.053		576.258		513.565	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	29	694.075	2,9%	677.827	4,1%	747.997	2,9%	724.863	3,8%
Remuneração de Capitais Próprios		5.521.637	23,5%	6.982.898	42,2%	5.657.755	22,0%	7.189.605	37,8%
Dividendos	24.b	700.000		4.800.000		700.000		4.800.000	
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	3.850.000		1.400.000		3.850.000		1.400.000	
Reinvestimentos de Lucros		971.637		782.898		982.962		798.196	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários		-		-		124.793		191.409	
Total		23.533.818	100,0%	16.531.662	100,0%	25.749.891	100,0%	19.010.468	100,0%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de Dezembro de 2016 29

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado
(Em milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas	166.832	178.265	173.870
Juros, Rendimentos e Dividendos	141.312	147.808	139.329
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	38.557	39.032	36.809
Resultado de Operações de Seguros e Previdência Privada antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	4.488	4.553	3.961
Perda Esperada com Ativos Financeiros	(24.626)	(17.272)	(8.954)
Outras	7.101	4.144	2.725
Despesas	(89.421)	(87.839)	(79.454)
Juros e Rendimentos	(73.558)	(75.958)	(70.612)
Outras	(15.863)	(11.881)	(8.842)
Ínsumos Adquiridos de Terceiros	(19.219)	(17.092)	(20.180)
Materiais, Energia e Outros	(321)	(330)	(339)
Serviços de Terceiros	(5.148)	(4.571)	(4.482)
Outras	(13.750)	(12.191)	(15.359)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3.983)	(4.278)	(4.273)
Propaganda, Promoções e Publicações	(1.095)	(1.325)	(1.419)
Instalações	(1.748)	(1.779)	(1.740)
Transportes	(347)	(364)	(350)
Segurança	(730)	(744)	(754)
Viagens	(84)	(240)	(232)
Outras	(5.763)	(3.461)	(6.591)
Valor Adicionado Bruto	58.192	73.334	74.236
Depreciação e Amortização	(5.064)	(4.630)	(3.332)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	53.128	68.704	70.904
Valor Adicionado Recebido em Transferência - Resultado de Equivalência Patrimonial	1.399	1.315	747
Valor Adicionado Total a Distribuir	54.527	70.019	71.651
Distribuição do Valor Adicionado	54.527	70.019	71.651
Pessoal	22.567	25.960	22.275
Remuneração Direta	17.349	20.456	17.125
Benefícios	4.406	4.276	4.243
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	812	1.228	907
Impostos, Taxas e Contribuições	16.639	15.957	22.171
Federais	15.085	14.383	20.734
Municipais	1.554	1.574	1.437
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	257	289	1.566
Outras	257	289	1.566
Remuneração de Capitais Próprios	15.064	27.813	25.639
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	4.988	19.597	20.848
Lucros Retidos Atribuíveis aos Acionistas Controladores	13.908	7.516	4.059
Lucros Retidos / (Prejuízo) Atribuíveis aos Acionistas não Controladores	(3.832)	700	732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em Milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas	172.327	193.150	147.337
Juros, Rendimentos e outras	147.916	174.607	129.672
Prestação de Serviços	34.448	31.918	29.452
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	5.252	5.880	6.672
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.048)	(20.637)	(19.738)
Outras	1.759	1.382	1.279
Despesas	(87.981)	(104.771)	(86.175)
Juros, Rendimentos e outras	(78.325)	(95.126)	(75.064)
Outras	(9.656)	(9.645)	(11.111)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(17.876)	(15.910)	(14.652)
Materiais, Energia e Outros	(758)	(738)	(798)
Serviços de Terceiros	(4.161)	(4.340)	(4.044)
Outras	(12.957)	(10.832)	(9.810)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(4.152)	(3.966)	(4.052)
Propaganda, Promoções e Publicações	(1.167)	(1.036)	(1.095)
Instalações	(1.256)	(1.161)	(1.022)
Transportes	(339)	(391)	(411)
Segurança	(723)	(716)	(675)
Viagens	(214)	(199)	(212)
Outras	(5.106)	(3.363)	(2.343)
Valor Adicionado Bruto	66.470	72.469	46.510
Depreciação e Amortização	(3.034)	(2.994)	(2.598)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	63.436	69.475	43.912
Valor Adicionado Recebido em Transferência	548	528	620
Valor Adicionado Total a Distribuir	63.984	70.003	44.532
Distribuição do Valor Adicionado	63.984	70.003	44.532
Pessoal	20.925	20.321	17.609
Remuneração Direta	16.362	16.512	13.891
Benefícios	3.713	2.983	2.914
F.G.T.S. - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	850	826	804
Impostos, Taxas e Contribuições	17.323	24.620	(522)
Federais	15.810	23.410	(1.661)
Estaduais	2	35	16
Municipais	1.511	1.175	1.123
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	1.468	1.480	1.289
Remuneração de Capitais Próprios	24.268	23.582	26.156
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	19.201	11.574	8.207
Lucros Retidos / (Prejuízo) do Período	4.702	11.689	17.533
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	365	319	416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



31 de dezembro de 2018

Demonstração do Valor Adicionado
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL												CONSOLIDADO											
	2018				2017 (Nota 3n)				2018				2017 (Nota 3n)											
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício									
	RS	%	RS	%																				
1. RECEITAS	63.646.077		127.678.260		76.266.726		153.367.846		63.752.777		128.784.233		77.150.191		153.660.368									
Intermediação financeira	55.502.620		111.363.751		62.409.214		133.362.447		55.035.951		111.174.435		62.434.470		133.409.619									
Prestação de serviços em tarifas	13.795.293		26.919.220		12.911.863		26.041.054		13.920.416		26.949.350		12.911.602		26.041.052									
Provisão para despesas contingênciadas - contencioso	(7.242.675)		(14.826.110)		(9.009.603)		(19.256.376)		(7.242.675)		(14.826.110)		(9.009.603)		(19.256.376)									
Outras	1.690.753		4.421.239		10.757.294		14.220.991		1.943.399		6.143.688		10.965.772		14.695.240									
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	29.837.474		60.623.660		37.641.734		63.126.014		29.964.533		60.744.673		36.203.542		62.734.724									
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	13.275.062		26.374.727		13.653.776		26.079.632		14.339.912		26.647.710		13.489.246		26.663.128									
Materiais, energia e outros	1.318.429		2.693.064		1.309.001		2.629.455		1.321.111		2.991.679		1.306.931		2.631.490									
Processamento de dados e com aplicações	1.161.607		2.150.371		1.043.490		2.097.590		1.161.607		2.150.371		1.043.490		2.097.590									
Propaganda, publicidade e promoções	468.957		662.323		442.005		665.412		468.957		662.323		442.005		665.412									
Serviços de telefonia e especialidades	1.204.992		2.359.666		1.227.600		2.421.655		1.272.251		2.407.242		1.236.691		2.511.076									
Serviços de vigilância e segurança	449.890		850.759		462.673		902.040		449.846		850.826		462.700		902.892									
Outras	10.617.443		19.730.344		11.374.206		19.499.707		9.965.911		18.162.269		11.350.136		19.490.900									
- Serviços delegados pelo Governo Federal	809.553		1.447.751		1.149.536		2.240.077		809.553		1.447.751		1.149.536		2.240.077									
- Despesas com locação e aluguel comerciais	1.761.409		3.211.137		1.339.332		2.961.296		1.761.409		3.211.137		1.339.332		2.961.296									
- Descontos de operações de crédito	202.882		701.833		231.897		396.766		202.882		701.833		231.897		396.766									
- Despesas com cartão de crédito eletrônico	536.967		1.030.344		491.167		922.094		536.967		1.030.344		491.167		922.094									
- Despesas pós-emissão	864.800		1.892.710		1.276.709		2.393.730		864.800		1.892.710		1.276.709		2.393.730									
- Previdência previdenciária diretas	3.066.908		4.733.996		2.205.626		4.460.907		3.066.908		4.733.996		2.205.626		4.460.267									
- Demais	3.305.193		6.697.960		4.627.449		6.216.947		2.853.626		6.129.025		4.611.279		6.208.630									
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	17.927.367		38.429.893		24.671.246		42.166.166		19.411.030		41.161.450		24.446.605		42.862.309									
5. RETENÇÕES	912.036		1.962.776		948.016		1.867.832		912.036		1.962.776		948.016		1.867.832									
Devolução, amortização e exatidão	912.036		1.962.776		948.016		1.867.832		912.036		1.962.776		948.016		1.867.832									
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	17.015.331		36.467.117		23.723.230		40.303.148		18.498.992		39.198.674		23.498.617		41.004.477									
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.079.056		2.012.522		629.390		1.140.503		685.959		1.382.643		468.656		780.253									
Resultado de equidade na parcerias	1.079.056		2.012.522		629.390		1.140.503		685.959		1.382.643		468.656		780.253									
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	18.094.377		38.679.639		24.352.616		41.443.651		19.184.951		40.581.317		23.967.273		41.784.732									
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	16.094.377	100,00	36.679.639	100,00	23.732.616	100,00	41.443.651	100,00	19.184.951	100,00	40.581.317	100,00	23.967.273	100,00	41.784.732	100,00								
Pessoal	10.204.377	66,40	20.229.791	62,31	10.768.966	45,34	21.037.087	50,76	10.224.965	63,30	20.267.158	49,72	10.766.939	46,03	21.093.151	60,40								
- Remuneração direta	7.022.318		13.235.133		6.211.948		16.155.803		7.022.318		13.235.133		6.211.948		16.204.955									
- Demais	2.184.299		4.994.146		1.990.609		3.918.370		2.184.299		4.994.205		1.990.609		3.920.096									
- FGTS	488.362		938.202		466.609		922.114		493.025		940.146		467.039		934.140									
Instituições, taxas e contribuições	4.221.674	23,03	8.195.652	21,20	3.872.400	16,30	6.462.963	16,07	4.620.116	23,06	8.666.820	21,24	4.022.914	16,71	6.718.290	16,05								
- Federais	3.819.362		7.325.417		3.473.192		6.001.660		4.117.805		7.933.291		3.003.705		5.866.051									
- Estaduais	376		1.194		523		1.037		376		1.194		523		1.037									
- Municipais	401.937		872.041		388.685		550.276		401.936		872.040		388.686		550.602									
Remuneração de capitais de terceiros	739.427	4,09	1.451.650	3,83	751.769	3,16	1.420.200	3,47	739.473	3,85	1.442.201	3,64	751.769	3,14	1.420.200	3,64								
- Regimes	739.427		1.451.650		751.769		1.420.200		739.473		1.442.201		751.769		1.420.200									
Remuneração de capitais próprios	433.059	2,40	1.740.942	4,50	1.276.012	5,27	2.294.051	5,54	1.208.997	6,29	3.330.317	8,19	1.230.127	5,56	2.249.042	5,62								
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	433.059		1.740.942		1.276.012		2.294.051		433.059		1.740.942		1.230.127		2.249.042									
- Juros sobre instrumentos de dívida emitidos à capital									772.000		1.594.375		94.115		54.661									
Lucros abatedos	2.494.410	15,79	7.020.014	18,15	7.003.891	29,82	10.155.820	24,46	2.494.410	13,00	7.020.014	17,22	7.003.890	29,87	10.155.819	24,26								

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



31 de dezembro de 2017

Demonstração Consolidada do Valor Adicionado
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017				2016			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	77.495.191		153.880.365		82.771.093		159.020.258	
Intermediação financeira	62.434.470		133.400.619		76.971.826		148.471.934	
Prestação de serviços com tarifas	12.811.552		25.041.082		11.593.053		22.463.421	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(9.009.603)		(19.256.576)		(10.042.009)		(20.109.367)	
Outras	10.958.772		14.695.240		4.248.223		8.194.270	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.910.956		82.934.728		53.791.272		104.261.397	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	15.849.546		28.083.128		11.484.651		23.331.937	
Matérias, energia e outros	1.306.691		2.531.490		1.428.586		2.671.672	
Processamento de dados e comunicações	1.043.480		2.057.550		1.117.118		2.213.301	
Propaganda, publicidade e promoções	442.088		668.412		435.826		776.601	
Serviços de terceiros e especializados	1.236.451		2.431.876		1.217.048		2.353.450	
Serviços de vigilância e segurança	462.700		902.892		444.342		850.387	
Outras	11.358.136		19.490.908		6.841.731		14.466.526	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	1.149.436		2.248.077		961.878		1.970.949	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.339.332		2.561.296		1.193.152		2.232.430	
- Descontos de operações de crédito	281.497		596.756		179.191		302.049	
- Despesas com cartão de crédito/débito	491.157		922.094		565.886		1.057.910	
- Benefício pós-emprego	1.276.709		2.393.730		1.175.930		2.266.951	
- Provisões operacionais diversas	2.208.626		4.560.267		1.502.753		3.706.400	
- Demais	4.611.379		6.208.688		1.262.941		2.929.837	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	24.434.689		42.862.509		17.495.170		31.426.924	
5. RETENÇÕES	897.387		1.806.401		917.951		1.800.931	
Depreciação, amortização e exaustão	897.387		1.806.401		917.951		1.800.931	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	23.537.302		41.056.108		16.577.219		29.625.993	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	468.668		780.255		168.320		443.605	
Resultado de equivalência patrimonial	468.668		780.255		168.320		443.605	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	24.005.970		41.836.363		16.745.539		30.069.598	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	24.005.970	100,00	41.836.363	100,00	16.745.539	100,00	30.069.598	100,00
Pessoal	10.786.939	44,93	21.059.181	50,34	10.333.340	61,71	19.434.269	64,63
- Remuneração direta	8.326.925		16.204.955		7.902.568		14.794.619	
- Benefícios	1.992.405		3.920.086		1.952.206		3.712.623	
- FGTS	467.609		934.140		478.566		927.027	
Impostos, taxas e contribuições	4.025.485	16,77	6.740.861	16,11	3.948.955	23,58	4.965.475	16,51
- Federais	3.626.276		5.889.422		3.597.997		4.231.682	
- Estaduais	523		1.037		395		832	
- Municipais	398.686		850.402		350.563		732.961	
Remuneração de capitais de terceiros	751.769	3,13	1.520.200	3,63	774.096	4,62	1.533.196	5,10
- Aluguéis	751.769		1.520.200		774.096		1.533.196	
Remuneração de capitais próprios	1.330.127	5,54	2.349.542	5,62	(21.371)	(0,13)	1.608.043	5,35
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	1.276.012		2.294.881				1.173.750	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	54.115		54.661		(21.371)		434.293	
Lucros retidos	7.111.650	29,62	10.166.579	24,30	1.710.519	10,21	2.528.615	8,41